



Opinião Pública

ISSN: 0104-6276

ISSN: 1807-0191

Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade  
Estadual de Campinas

Curi, Henrique  
Ninho dos Tucanos: o PSDB em São Paulo (1994-2018)  
Opinião Pública, vol. 27, núm. 3, 2021, Setembro-Dezembro, pp. 960-996  
Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas

DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273960>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32969913009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://redalyc.org)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc  
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal  
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

## Ninho dos Tucanos: o PSDB em São Paulo (1994-2018)

Henrique Curi<sup>1</sup> 

Este artigo é um estudo de caso sobre a trajetória eleitoral e organizacional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no estado de São Paulo entre 1994 e 2018. O objetivo foi identificar como o partido conserva sua dominância, com sete vitórias consecutivas para o governo do estado e maior número de prefeituras conquistadas dentre os demais partidos desde 1996. A hipótese é que a organização interna do PSDB paulista foi essencial para que o partido mantivesse seu sucesso eleitoral. A metodologia envolveu a coleta de dados eleitorais, que possibilitaram mensurar o desempenho eleitoral do partido para os cargos de vereador, prefeito e governador, além da realização de entrevistas para a compreensão das estratégias do partido. Os resultados demonstram uma organização interna fortemente institucionalizada, com uma Executiva estadual capaz de fiscalizar todos os municípios, atender a demandas e mostrar-se presente ao eleitorado.

*Palavras-chave:* Partido da Social Democracia Brasileira; partidos políticos; estratégias partidárias; campanha eleitoral; eleições

### Introdução<sup>2</sup>

Este artigo analisa o sucesso eleitoral do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no estado de São Paulo. O recorte temporal estabelecido tem início em sua primeira vitória para o governo estadual, em 1994, com Mário Covas, até seu sétimo triunfo consecutivo, em 2018, com João Doria. A última eleição analisada consolida a estabilidade eleitoral em São Paulo para o cargo de governador estadual e caracteriza a unidade federativa paulista como única e maior em número de vitórias partidárias consecutivas para Executivo estadual no Brasil. Desde seu primeiro mandato no governo (1994), o partido tucano passou por algumas modificações em sua composição de quadros, que

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP). Grupo de Estudos em Política Brasileira (Polbras), Cesop, Unicamp. Campinas (SP), Brasil. E-mail: <curihenrique@gmail.com>.

<sup>2</sup> Este artigo é fruto de minha dissertação de mestrado (Curi, 2020). Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa realizada através do processo 131308/2018-1. Para além da banca avaliadora, composta por Fernando Guarnieri e Oswaldo Amaral, e minha orientadora, Rachel Meneguello, agradeço aos pareceristas anônimos da revista *Opinião Pública*. Por fim, agradeço ao Grupo de Estudos em Política Brasileira (PolBras) pelo constante suporte ao longo da pesquisa.

influenciaram tanto a estrutura interna do partido quanto suas estratégias e atuações nos mais variados níveis de disputa eleitoral. Ainda que mudanças tenham ocorrido no âmbito de sua organização partidária, o PSDB continua dominante nas disputas paulistas em níveis estadual e municipal.

Compreender a dominância peessedebista no território paulista é, em alguma medida, compreender a estabilidade eleitoral. Especificamente para o caso brasileiro, Peres, Ricci e Rennó (2011) apontam que as explicações político-institucionais possuem um peso maior para determinar a estabilidade eleitoral – dado que, de certa forma, a volatilidade eleitoral pode ser considerada um reflexo das tomadas de decisão anteriores à eleição e, dessa maneira, representa a opção do eleitorado perante a configuração da competição política apresentada pelas elites antes do pleito. A atuação dos quadros partidários passa por estratégias eleitorais, trajetória de sua carreira política e relacionamento com a própria organização partidária. Insere-se aqui a dinâmica que pretendemos compreender neste artigo: quais aspectos organizacionais e estratégias eleitorais permitiram que o PSDB construísse, em São Paulo, sua dominância em meio ao eleitorado?

Partimos da hipótese de que a organização partidária tucana em São Paulo, entendida a partir de sua forte institucionalização (Panebianco, 2005), foi essencial para que o partido se mantivesse como dominante durante o período analisado. Entendemos que sua organização fortemente institucionalizada agiu de maneira determinante para que a sigla conseguisse maior penetração no território, intenso monitoramento de seus diretórios no que diz respeito ao desempenho eleitoral em cada município, levantamento das demandas das regiões eleitoralmente pretendidas e, a partir de suas vitórias, obtivesse acesso a maiores recursos para a manutenção de seu nicho eleitoral (Puttomatti, 2013). Argumentamos, portanto, que o PSDB se apresentou como eficaz receptor das demandas presentes no eleitorado paulista e, assim, atuou de forma objetiva para se apresentar como o partido mais viável nas eleições, comparado às demais forças políticas.

Analisamos o fator antecedente à organização do partido, variável importante para sua posterior estruturação, que é a expansão e expressão política significativa do PMDB pelo estado (Bizzarro Neto, 2013; Melhem, 1998; Sadek, 1989) até o mecanismo que entendemos hoje demonstrar a permanência do PSDB como principal agremiação no território: forte administração realizada pela Executiva estadual para o desempenho do partido em todo o estado, medido através de (i) lançamento de candidaturas; (ii) porcentagem de votos obtidos; (iii) desempenho vitorioso ou não da coligação eleitoral estabelecida. Os mecanismos citados são utilizados pela Executiva nas análises para o cargo de prefeito e vereador, regidos, respectivamente, pela lógica majoritária e pela regra proporcional.

Nossa pesquisa analisa, então, os aspectos organizacionais do partido tucano, bem como seu desempenho nas urnas. Compreender a estrutura e o processo de tomada de decisões do PSDB em São Paulo é especialmente importante por conta de sua trajetória

eleitoral: o partido encontra-se organizado, em média, em 98,7% dos municípios paulistas, possui o maior número de prefeituras conquistadas no estado desde 1996, o maior número de redutos eleitorais, 79 contra 12 do segundo colocado – PMDB e PT empatados – (Meneguello, Curi e Catelano, 2020), e o maior número de consecutivas vitórias para governo estadual em todo o Brasil, de 1994 até 2018.

A fim de testar nossa hipótese, a metodologia adotada compreendeu aspectos quantitativos e qualitativos. A abordagem quantitativa envolveu a coleta de dados eleitorais disponíveis nos sítios eletrônicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Fundação Seade, bem como a consulta de dados disponíveis no Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop). Conseguimos medir desde o sucesso eleitoral do partido, passando por sua organização e atuação nos municípios, até a relação com novas e já veteranas elites locais. Esses dados possibilitaram compreender o resultado das estratégias eleitorais do PSDB, bem como mensurarmos o seu domínio no estado paulista.

A compreensão das estratégias do partido para tomada de decisão e manutenção do sucesso da agremiação se dá pela combinação entre a abordagem quantitativa e nossa abordagem qualitativa, as entrevistas. Estas seguiram um modelo semiestruturado. Tal método viabilizou maior detalhamento e abertura de possibilidades durante sua realização, proporcionando novas abordagens e análises para os dados quantitativos levantados (Hennink, Hutter e Bailey, 2011). Portanto, as entrevistas constituíram dados primários e possibilitaram uma análise para a compreensão da racionalidade dos atores políticos no interior do partido.

O roteiro das entrevistas reuniu três pontos essenciais: (1) história do PSDB, ou seja, levantamento de aspectos históricos vivenciados por cada entrevistado e sua relação com a formação do partido; (2) organização partidária, em que se procurou compreender de que forma o novo partido se estruturou a partir de sua origem, o PMDB, levantando informações acerca das principais lideranças para a formação do partido no estado de São Paulo; e (3) estratégia eleitoral: quais tomadas de decisão estavam relacionadas com os dados encontrados, qual o cálculo estratégico para a construção e posterior dominação do partido em São Paulo – buscando trazer para as entrevistas dados quantitativos a fim de estimular as respostas e embasar-nos para este terceiro tópico.

O presente artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A primeira delas discute o início do PSDB e, de maneira mais específica, o desenvolvimento da sigla no estado de São Paulo. A segunda seção aponta os desafios e estratégias utilizadas pelo partido tucano para seu desenvolvimento em um estado majoritariamente dominado pelo PMDB, partido de origem. Na terceira seção, avaliamos os principais resultados eleitorais que garantem ao PSDB, hoje, a dominância pelo estado. Já na quarta seção, apresentamos um debate sobre a influência do PSDB no sistema partidário paulista, com exposição de dados e análises sobre coligações eleitorais, migrações partidárias e apoio legislativo que o partido alcançou durante o período analisado. Por fim, na quinta

seção, concluímos o artigo apontando os avanços de nossa pesquisa e os próximos passos para análise do PSDB em outros estados brasileiros.

### **A trajetória de um partido dominante em São Paulo: início do Partido da Social Democracia Brasileira**

A ideia da criação do PSDB no Brasil se deu bem antes da primeira coleta de assinaturas realizada, em 1988. Dez anos antes, em 1978, um partido dissidente do então Movimento Democrático Brasileiro (MDB) já era almejado por alas emedebistas consideradas mais progressistas<sup>3</sup>. O primeiro passo para a ruptura com o partido democrático da época<sup>4</sup> aconteceu no mesmo ano, com a candidatura de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o Senado. Também candidato pelo MDB à mesma vaga e já senador, André Franco Montoro era contrário à candidatura de FHC. O postulante à reeleição acreditava que teria diminuição em seus votos com a candidatura de seu partidário e, assim, a cadeira do MDB no Senado correria risco. O resultado eleitoral de FHC, com a conquista da vaga de suplente de Franco Montoro – que seria assumida em 1983, quando Montoro assumiu o governo do estado de São Paulo –, impulsionou seu grupo de apoio a viabilizar cada vez mais a criação de uma nova sigla, independente dos variados interesses que compunham o MDB.

De maneira mais específica, os dias 24 e 25 de junho de 1988 marcaram a origem do PSDB. A criação do partido ocorreu em meio aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte: uma lista de presença com as primeiras assinaturas<sup>5</sup> para a formação do novo partido político era preenchida, principalmente, por deputados e senadores do PMDB. Havia descontentamento em face das posições que o partido vinha tomando durante o então governo federal, liderado por José Sarney. O desgaste dentro do partido já havia tido início em nível estadual, em São Paulo. Para Cardoso (2003), as brigas paulistas<sup>6</sup> tendiam a ganhar repercussão nacional, dado que o partido contava com um número de lideranças majoritariamente oriundas do estado de São Paulo.

A construção do partido, nesse sentido, baseou-se menos em princípios ideológicos e mais na atuação de caráter pragmático-eleitoral<sup>7</sup>. Logo em seu início, o PSDB apresentou

<sup>3</sup> Informação obtida através de entrevista, realizada no dia 03 de dezembro de 2019, com Gilda Portugal Gouvea.

<sup>4</sup> Com fundação em 1965, o bipartidarismo brasileiro durante a ditadura militar era caracterizado pela Arena (aliada ao regime militar) e o MDB (oposição). Cabe lembrar que o segundo era composto de pouca organicidade e pautas ideológicas diversas, o que causava dificuldades para sua sobrevivência e competição em eleições (Bizzarro Neto, 2013; Fleischer, 1980; Kinzo, 1988).

<sup>5</sup> As dez primeiras assinaturas foram dos seguintes fundadores junto aos seus respectivos estados de origem: (1) André Franco Montoro/SP; (2) Pompeu de Sousa/DF; (3) José Freitas Nobre/SP; (4) Fábio Feldmann/SP; (5) Francisco das Chagas Caldas Rodrigues/PI; (6) Antonio Perosa/SP; (7) Geraldo Alckmin/SP; (8) Dirce Quadros/SP; (9) Saulo Queiroz/MS; (10) Ziza Valadares/MG (Curi, 2020, p. 97).

<sup>6</sup> "O desgaste de origem paulista envolvia Mário Covas: Covas havia sido preterido como candidato à sucessão de Montoro, em 1986. O candidato escolhido havia sido Orestes Quêrcia, ex-prefeito de Campinas e eleito senador em 1974" (Curi, 2020, p. 31).

<sup>7</sup> Ver Roma (2002).

discurso de centro-esquerda, distanciando-se do governo Sarney e da base de sustentação governamental, de centro-direita, com o PFL. Além disso, o surgimento parlamentar do partido tucano também se relaciona com o pragmatismo eleitoral. Sua fundação envolvendo atores políticos já experientes na arena eleitoral e influentes no cenário nacional propiciou uma dispersão partidária de maior alcance pelo país, com viabilidade eleitoral desde seu início.

As principais vozes do novo partido, como FHC, José Serra, Franco Montoro e Mário Covas, encontravam-se no estado de São Paulo. Havia, assim, uma concentração de líderes nacionais tucanos de origem paulista, o que propiciou uma atenção especial do partido em relação ao eleitorado de São Paulo e sua construção em todo o estado. Ainda que o PSDB, desde o princípio, contasse com lideranças nacionais de diversas procedências, como Distrito Federal<sup>8</sup>, Piauí<sup>9</sup>, Minas Gerais<sup>10</sup>, Paraná<sup>11</sup> e Ceará<sup>12</sup>, o partido sempre foi visto como essencialmente paulista (Cardoso, 2003). Em alguma medida, vemos a disparidade também em termos eleitorais entre as regiões. O partido com maior número de vitórias consecutivas para o cargo de governo estadual no Brasil, de 1994 até 2018, é o PSDB em São Paulo.

### *PSDB em São Paulo*

O território paulista, após a redemocratização, foi marcado pela superioridade de dois partidos políticos: PMDB e PSDB. Sob forte apelo eleitoral paulista, graças a Orestes Quércia, Luiz Antônio Fleury Filho conquistou o governo estadual em 1990, com a sigla peemedebista. Quatro anos depois, sob má avaliação do governo Fleury, o PSDB teve a sua primeira vitória em 1994, com Mário Covas. A construção do PSDB no estado de São Paulo, impulsionada por essa conquista, deu-se de maneira diferente da sua capilarização nacional. A construção do partido pelo país foi marcada por um significativo número de Comissões Provisórias (Guarnieri, 2011, p. 244); em São Paulo, porém, passava pela majoritária implementação de Diretórios, sendo o PSDB o partido com a maior rede de Diretórios no território paulista (Braga, Costa e Fernandes, 2020, p. 45), onde houve raras

<sup>8</sup> Pompeu de Sousa assumiu, em 1985, a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. Além disso, foi eleito senador pelo PMDB no ano seguinte.

<sup>9</sup> Francisco das Chagas Caldas Rodrigues foi deputado federal pela UDN em 1950 e foi reeleito em 1954 e 1958, já pelo PTB. Assumiu o governo do estado do Piauí em 1959. Chagas Rodrigues foi eleito senador em 1986 pelo PMDB.

<sup>10</sup> Ziza Valadares foi vereador em Belo Horizonte por três mandatos pelo MDB. Elegeram-se deputado estadual em 1979 e 1982, pela nova sigla, o PMDB. Aliás, foi de Ziza Valadares a primeira assinatura para a fundação do PMDB. Ocupou também uma cadeira como deputado federal constituinte, pelo mesmo partido.

<sup>11</sup> José Richa foi um dos fundadores do MDB. Foi eleito governador do Paraná, em 1982, e, posteriormente, senador em 1986, pelo já PMDB.

<sup>12</sup> Tasso Jereissati foi governador do Ceará, pelo PMDB, de 1987 até 1991. Na segunda ocasião de sua eleição, sua sigla foi o PSDB e seu mandato durou de 1995 a 2002. Além disso, Jereissati foi eleito senador entre 2003 e 2011. Apesar de não conseguir reeleição em 2010, reconquistou sua cadeira no Senado Federal em 2014, cargo em que permanece até hoje (2021).

ocasiões de implantação de Comissão Provisória e Interventora (Braga, Costa e Fernandes, 2018, p. 7).

A instalação de Comissões Provisórias provê maior controle para dirigentes e fornece um indicador de maior domínio dentro do partido. Os dirigentes partidários são responsáveis por escolher os membros de uma Comissão Provisória e, conseqüentemente, selecionam também os delegados para as convenções do partido (Guarnieri, 2011). Por outro lado, a opção pela instalação de Diretórios Municipais traz um caráter autônomo em relação às decisões ali tomadas perante as Executivas estadual e nacional, inclusive com independência na escolha dos delegados para as convenções partidárias. Porém, veremos mais adiante como os diretórios, ainda que autônomos em teoria, contam com forte fiscalização e atuação do nível estadual em suas decisões.

As análises mais detalhadas sobre o PSDB possuem como referência São Paulo, o seu principal reduto eleitoral. Assumpção (2008) trabalha com a organização do partido no estado de 1988 até 2006. De acordo com a autora, os nichos eleitorais do partido tucano variam conforme o tamanho do município, com sucesso nos extremos – municípios de pequeno e grande porte, respectivamente nas faixas de 0 a 10 mil habitantes e superior a 200 mil habitantes. Já Fiore (2016) analisa o desempenho do partido com base nas eleições para governador (1994-2014) com uma divisão analítica entre “Grande São Paulo” e “Interior”. O autor afirma que o eleitorado tucano é mais presente no alto nível socioeconômico e, ainda que em menor nível, tem expressiva penetração em estratos mais populares no estado de São Paulo. Os estudos sobre o desempenho eleitoral do PSDB no território paulista foram analisados, portanto, sob dois prismas: demográfico e socioeconômico. Neste artigo, é inserida a análise da importância da organização partidária e estratégias eleitorais para o êxito do partido nas eleições municipais e estadual paulistas. Em outras palavras, compreendem-se os atores partidários e seus mecanismos de atuação como influenciadores do resultado obtido pelo PSDB nas urnas. Em especial, analisa-se a capacidade de um grupo político, composto inicialmente no MDB, de prosseguir com suas vitórias em São Paulo, posteriormente como PSDB.

Ainda que originado em oposição ao PMDB, o partido tucano valorizou as práticas peemedebistas exercidas, principalmente, por Orestes Quércia no estado de São Paulo. O fortalecimento do quercismo no PMDB passava pela construção de alianças com líderes médios e locais por todo o território paulista (Bizzarro Neto, 2013; Melhem, 1998). A dimensão eleitoral não estava separada nessa relação de consolidação. O PMDB, desde 1986, caracterizou-se por ser um partido de grande sucesso nas urnas entre os municípios do interior de São Paulo – fenômeno tratado por Sadek (1989) como “interiorização do PMDB”.

Como organizar um partido político em todos os municípios do estado foi um dos aprendizados trazidos pelos ex-membros peemedebistas ao novo partido. O PSDB foi, em 2016, o partido com a maior rede de diretórios locais no estado e possuía coordenadores regionais pelas 63 Regiões de Governo do estado de São Paulo, prática já exercida pelo

PMDB anteriormente. A instalação de coordenadores regionais, escolhidos por membros dos diretórios municipais de sua respectiva Região de Governo, teve como intuito facilitar a comunicação com a Executiva estadual do partido sobre as necessidades e demandas nessas Regiões. Com as informações obtidas, era possível atuar nos municípios envolvidos de maneira eficaz para, em última instância, conquistar o apoio do(a) eleitor(a) naquele reduto.

A *penetração territorial* (Panebianco, 2005) do PSDB, que será discutida no próximo tópico, era organizada a partir de práticas partidárias herdadas, entre as quais estão: (1) a criação de coordenadores regionais para monitoramento das demandas do eleitorado naquele território, (2) a proliferação de diretórios no maior número de municípios paulistas, (3) o recrutamento de lideranças municipais para possíveis candidaturas tucanas, (4) a realização de eventos sobre educação política pelo estado de São Paulo, (5) a orientação para lançamento de candidatura ao Executivo municipal em todos os municípios e, assim, (6) a presença de uma intensa fiscalização da Executiva estadual das estratégias e resultados obtidos nos municípios paulistas.

### **A construção de estratégias eleitorais do PSDB**

Ainda que tenha origem em um partido político consolidado em todo o território nacional, o PSDB não possuía sua legitimação construída a partir da imagem do PMDB. O partido tucano, inclusive, nasceu como oposição ao PMDB. O processo de construção partidária por meio de legitimação externa envolve o auxílio de uma instituição externa, que pode fazer parte da sociedade em que o partido atua (como igrejas e sindicatos) ou fora dela (por exemplo, o movimento ambientalista) para trazer apoio à nova organização. A princípio, o PSDB sempre se manteve distante de vínculos com organizações de representação de interesses sociais, em especial os sindicatos de trabalhadores e patronais (Assumpção, 2008, p. 100; Roma, 2002).

Além disso, não havia, dentro do PSDB, uma figura indissociável do partido e, assim, a existência de um único líder. Ainda que, sobretudo em São Paulo, líderes de prestígio tenham formado o partido, como Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro, José Serra, Geraldo Alckmin e Mário Covas, não se pode dizer que a imagem dele era alicerçada e possivelmente personificada em algum dos nomes citados.

Com aspectos mais próximos ao tipo ideal de partido sob forte institucionalização, o PSDB é caracterizado por sua grande autonomia em relação ao ambiente, com a capacidade de fazê-lo ceder às suas próprias exigências, com uma forte burocratização em sua estrutura interna e um elevado grau de sistemicidade, com controle sobre as zonas de incerteza e uma intensa interdependência entre as subunidades que compõem o partido em nível estadual<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> De maneira específica, o PSDB-SP conta até mesmo com um portal, a *extranet tucana*, para levantar informações dos 645 municípios paulistas, em especial os sob administração do PSDB. O portal é alimentado



O partido apresenta a maioria dos cinco indicadores de partido com forte institucionalização, que envolvem: (1) existência de uma burocracia central desenvolvida/aparato nacional forte; (2) grau de homogeneidade entre as subunidades organizativas de mesmo nível hierárquico; (3) regularidade e pluralidade das fontes no tocante às contribuições financeiras ao partido; (4) relação de domínio e orientação em face de alguma organização colateral externa; e (5) claros e definidos limites para cada cargo no interior do partido, sem possibilidade de influência externa no papel diretivo dentro da organização (Panebianco, 2005). A exceção está no item 4, sobre domínio e orientação de organização colateral externa, pois não há uma organização exterior ao PSDB que funcione como “correia de transmissão” do partido para maior controle do ambiente de sua atuação<sup>14</sup>.

Portanto, argumentamos que o processo organizativo tucano, desde seu modelo originário até seu alto grau de institucionalização, proporcionou a estrutura necessária para obter informações cruciais sobre o eleitorado pretendido e, assim, atender a demandas. Esse constante atendimento trouxe cada vez mais prestígio ao partido que, como já mencionamos, conseguiu vencer as eleições para o Poder Executivo estadual de forma predominante, desde 1994. Além de ter o melhor desempenho entre todos os partidos para prefeituras paulistas desde 1996.

Analisar como um partido político se organiza, como ocupa o território, quais candidatos seleciona, quais elites e membros são recrutados e como avalia seus desempenhos eleitorais é de suma importância para a compreensão dos resultados nas urnas e dos objetivos que almeja atingir como organização. É o que pretendemos fazer, pesquisando o PSDB em São Paulo como partido dominante nas urnas (Pempel, 1990; Sartori, 1976; Ware, 1996).

Aplica-se ao PSDB o modelo de *penetração territorial* proposto por Panebianco (2005) em que a coalizão dominante é suficientemente coesa. A coesão desses líderes nacionais é o que dá vida à organização e forma sua primeira coalizão dominante (Panebianco, 2005) para definição de decisões e estratégias do partido. Além disso, a *difusão territorial*, outro critério de análise proposto por Panebianco (2005) a respeito da distribuição do partido pelo território, é aplicada ao nosso caso na medida em que elites locais passam a se organizar, em um primeiro momento, de maneira independente e, posteriormente, vinculam-se à organização nacional.

---

por diários oficiais de todos os municípios e, assim, o partido monitora as ações de seus diretórios e classifica seus desempenhos. O PSDB-SP, dessa forma, atua sob burocracia central desenvolvida, interdependência entre suas unidades e controle de suas zonas de incerteza. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/461400/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

<sup>14</sup> Exemplos de partidos que exerceram forte predomínio sobre organizações colaterais externas podem ser encontrados em diversas partes do mundo, como na Áustria com o SPÖ (Partido Socialista Austríaco), na Itália com o PCI (Partido Comunista Italiano), na França com o PCF (Partido Comunista Francês) e as relações que, cada um em seu território, estabeleciam com sindicatos (Panebianco, 2005). Dessa forma, a organização colateral externa atua como “correia de transmissão” do partido para difundir suas ideias e valores.

A organização de um partido, no entanto, não garante sua predominância nas urnas. A continuidade dele no governo depende, em maior medida, das decisões tomadas por atores políticos (Peres, Ricci e Rennó, 2011), ou seja, de suas estratégias partidárias para atingir os objetivos traçados. No caso do PSDB-SP, o maior objetivo desse partido é, a cada eleição municipal, aumentar sua população governada<sup>15</sup>, ou seja, a conquista de prefeituras em cidades maiores é ponto crucial. Visto que o partido vem sendo, desde 1996, a agremiação com maior número de prefeituras, uma de suas principais estratégias repousa em diminuir a volatilidade eleitoral no estado.

Como demonstram Peres, Ricci e Rennó (2011), as explicações de cunho político-institucionais possuem maior capacidade de elucidação para o fenômeno da volatilidade do eleitor no caso brasileiro. Em outras palavras, desenhos constitucionais e escolhas de elites políticas provocam resultados para a relação entre preferência do eleitor, partidos e seus candidatos. Um sistema eleitoral permissivo à entrada de novos competidores teria por consequência uma inclinação maior a fusões e cisões partidárias, maior migração entre partidos, variabilidade maior em coligações eleitorais e, por consequência última, uma propensão maior à volatilidade eleitoral.

Ainda que um número alto de partidos políticos apresentados nas disputas eleitorais paulistas tenda a dificultar a continuidade de escolha do eleitor e crie um contexto de estímulo à alta volatilidade eleitoral, apenas um partido político se mantém no cargo de governador do estado e com as mais altas taxas de eleição nos municípios. Como explicação alternativa, se levarmos em consideração os prefeitos de 2004 a 2016, São Paulo é o estado com o terceiro menor número de migração partidária de prefeitos no país (Faganello e Fernandes, 2018), e o baixo trânsito entre elites partidárias, em tese, contribui com a maior estabilidade de preferências partidárias do eleitorado.

As duas principais variáveis para a avaliação da volatilidade eleitoral no Brasil, número de partidos e migração partidária, portanto, caminham em linhas opostas para o nosso caso. Na medida em que o aumento do número de partidos na competição tende a elevar a volatilidade eleitoral, a baixa migração partidária, em contrapartida, apresenta propensão para diminuir. Dessa forma, descritivamente, a migração partidária pode ter um peso mais significativo para a definição do voto em São Paulo e reforça a importância de estudar a organização e as estratégias presentes nos partidos para as eleições através de candidaturas e desempenho eleitoral dos atores e partidos políticos.

Assim, a próxima seção tratará, essencialmente, de dados que avaliam a organização e as estratégias do PSDB no estado de São Paulo. Com base nos estudos de Peres, Ricci e Rennó (2011), observamos como as decisões tomadas por atores políticos peessedebistas foram fundamentais para a dispersão territorial do partido e seu constante sucesso nas eleições estaduais e municipais. Além de trabalharmos com dados referentes a candidaturas, desempenho eleitoral, potencial apoio legislativo nos municípios, migração

---

<sup>15</sup> Informação baseada na entrevista com César Gontijo realizada no dia 18/10/2019.

partidária e coligações realizadas pelo PSDB-SP, acrescentamos as estratégias do partido no estado, determinadas por agentes políticos responsáveis pela capilarização e triunfos tucanos.

### **Estratégias e dispersão territorial do partido tucano**

Analisaremos, nesta seção, os principais resultados que demonstram a superioridade do PSDB diante dos demais postulantes nas disputas municipais e estadual paulistas. Para melhor compreensão dos dados quantitativos levantados, a análise é aliada a informações obtidas por meio de entrevistas sobre as estratégias do partido durante o recorte temporal pesquisado.

A porta de entrada para o PSDB no estado de São Paulo foi aberta com as eleições municipais – chamadas por Mário Covas de “mãe das eleições”. Os quadros peessedebistas tiveram pouco menos de cinco meses para pensarem em estratégias e estruturarem as candidaturas do novo partido para as eleições de 1988<sup>16</sup>. O primeiro passo foi a orientação para a criação de Comissões Provisórias nos locais em que PMDB já se encontrava organizado. A estratégia partia do pressuposto de que o eleitor que votou no PMDB estaria mais suscetível a transferir seu voto para um partido próximo ideologicamente do já estabelecido, mas sob renovada figura<sup>17</sup>.

O surgimento envolvendo lideranças políticas do PMDB facilitou o lançamento de 32 candidaturas para prefeito no estado de São Paulo logo em sua primeira eleição disputada. As cinco prefeituras<sup>18</sup> conquistadas pelo novo partido foram alvo de pressão do então governo estadual, liderado pelo peemedebista Orestes Quércia, para os vencedores migrarem para o partido do governador<sup>19</sup>. A pressão por parte de Quércia foi reforçada se levarmos em consideração que quatro das cinco novas prefeituras tucanas eram ocupadas pelo PMDB, anteriormente.

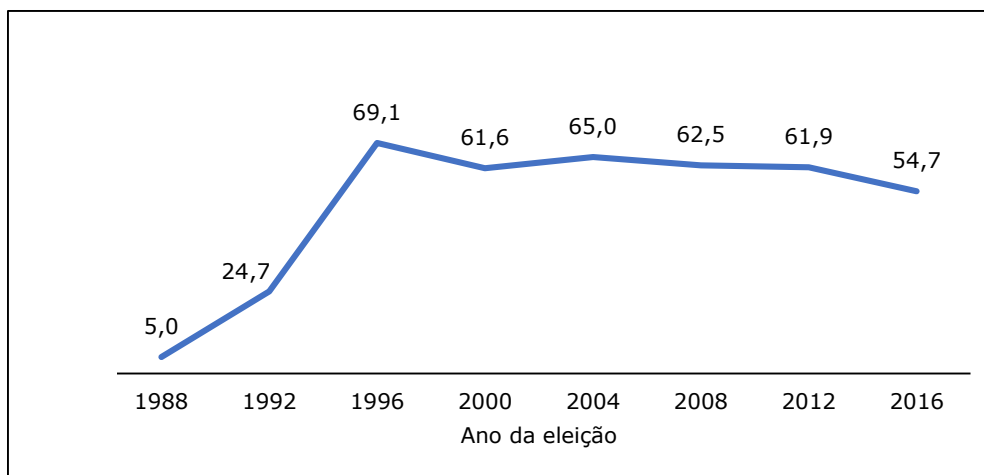
<sup>16</sup> Nesse ano, as eleições municipais ocorreram no dia 15 de novembro.

<sup>17</sup> Informação obtida através de entrevista, no dia 16 de outubro de 2019, com Tião Farias.

<sup>18</sup> Bauru, Carapicuíba, Ibitinga, Pindamonhangaba e Pompeia.

<sup>19</sup> César Gontijo e Geraldo Alckmin, em entrevista ao autor nos dias 18/10/2019 e 15/10/2019, respectivamente, relataram a forte pressão exercida pelo então governador do estado de São Paulo, Orestes Quércia, para a diminuição de prefeituras do PSDB no território. Das cinco prefeituras eleitas, apenas duas permaneceram sob domínio tucano, complementou Alckmin.

**Gráfico 1**  
**Municípios com candidaturas para prefeito do PSDB**  
**no estado de São Paulo (1988-2016) (%)**



**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Analisar as porcentagens de candidaturas para prefeito é especialmente importante neste caso devido à orientação do PSDB para apresentar candidato ao Executivo municipal em todos os municípios do estado, a qual foi consolidada em 1996, logo após a conquista do governo estadual, em 1994. Na época, o partido lançou o maior número de candidatos a prefeituras até hoje: 446 (69%). O número de candidaturas tucanas, desde 1996, é o maior entre todas as siglas no estado. Além disso, mesmo com o baixo percentual apresentado em 1988, eleição de estreia do PSDB, o partido ainda é o que possui maior média de postulantes ao cargo de prefeito no sistema partidário paulista, com 51%<sup>20</sup>. A norma tucana para lançamento de candidaturas havia sido determinada por Mário Covas, sempre lembrado nas entrevistas como “centro pensante” do partido no que tange à estratégia eleitoral. As estratégias covistas possuíam níveis que, como veremos, se transformaram em critérios de avaliação do partido ao longo do tempo.

O lançamento de candidatos para as prefeituras no estado era apenas uma das estratégias de que o PSDB-SP se valia a fim de capilarizar sua sigla pelo território paulista. Principalmente a partir de 1996, a Executiva estadual determinou (1) a realização de seminários de formação política nos municípios para atrair filiados, militantes e possíveis candidatos<sup>21</sup>; (2) a prioridade<sup>22</sup> para candidaturas ao Executivo nos municípios maiores –

<sup>20</sup> Devido aos seus altos percentuais de candidaturas nas eleições de 1988 e 1992, o PMDB possui média de candidaturas em 49% dos municípios paulistas, seguido pelo PT, com 32%.

<sup>21</sup> Em entrevista ao autor no dia 20/09/2019, Floriano Pesaro relatou que o Instituto Teotônio Vilela, idealizado por Franco Montoro, apenas em 1996 realizou 138 seminários pelos municípios paulistas.

<sup>22</sup> Dado que salientamos a homogeneidade entre subunidades organizativas de mesmo nível hierárquico dentro do PSDB-SP, cabe aqui justificarmos que o partido assistia todos os municípios paulistas por intermédio de seus coordenadores regionais, distribuídos via Regiões de Governo do estado. O amparo do PSDB-SP ocorre de maneira homogênea aos seus Diretórios – subunidades da Executiva estadual. Porém,

principalmente os com mais de 200 mil eleitores<sup>23</sup>; (3) a avaliação, a partir dos coordenadores regionais do partido, de possíveis lideranças municipais presentes em associações ali instaladas, como sindicatos e Igrejas<sup>24</sup>; (4) o estabelecimento do contato com lideranças do PMDB em municípios ligados a Montoro e seu governo em 1982, em que o próprio ex-governador seria responsável pelo contato e a possibilidade de trazer mais lideranças ao PSDB<sup>25</sup>; e (5) a definição de deputados federais eleitos na eleição anterior como figuras-chave para eleição nos municípios, encorajando-os a visitar municípios e fortalecer o partido na região<sup>26</sup>.

A Tabela 1, a seguir, evidencia a estratégia relatada sendo colocada em prática. O ano de 1996 é essencial para compreensão da mudança organizativa do PSDB em São Paulo. O apoio angariado por Mário Covas na eleição para governador dois anos antes foi aproveitado, bem como o acesso a mais recursos para atrair o eleitorado paulista, com a máquina estadual sob domínio tucano. Dessa forma, o partido capilarizou-se pelo estado e englobou também pequenos municípios em seu foco de atuação, além de, em 1996, ter seguido a orientação de seu então governador e lançado candidatos à prefeitura no maior número de municípios em sua história. O método englobou candidaturas em municípios com até 5 mil habitantes e, assim, foi iniciado o processo de interiorização do PSDB em São Paulo (Fiore, 2016). Ainda que a sua presença nos menores municípios de São Paulo tenha sido constante, na última eleição municipal (2016), o partido teve sua menor porcentagem desde 1992 – com 48% de candidaturas lançadas nesses municípios. O partido diminuiu suas candidaturas ao Executivo municipal em cidades de pequeno porte populacional e manteve, e até aumentou, em municípios com mais de 50 mil habitantes.

Outro dado interessante sobre a Tabela 1 chama a atenção sobre a estratégia peessedebista nos últimos anos: o retorno da prioridade, principalmente na eleição de 2016, em disputar os maiores municípios do estado. Em comparação à eleição anterior, há um aumento significativo na porcentagem de candidaturas em municípios a partir de 50.001 habitantes. O partido voltou, inclusive, a apresentar candidaturas em quase todos os municípios paulistas com mais de 500 mil habitantes: 89% delas contaram com a sigla tucana na disputa para prefeito – trata-se do segundo maior valor na série histórica, perdendo apenas para o ano de 1996.

---

dentro da Executiva estadual, prioriza-se o lançamento de candidaturas em municípios de maior contingente populacional.

<sup>23</sup> Informação levantada a partir das entrevistas com Floriano Pesaro, Tião Farias, Geraldo Alckmin, Evandro Losacco e César Gontijo – ocorridas no ano de 2019, respectivamente, nos dias 20/09, 11/10, 15/10, 16/10 e 18/10.

<sup>24</sup> Informação obtida das entrevistas com Tião Farias (11/10/2019) e Geraldo Alckmin (15/10/2019). Corroborar, assim, a conclusão de Meneguello, Amaral e Bizzarro Neto (2014) sobre o envolvimento de lideranças intermediárias do PSDB em contato com organizações sociais.

<sup>25</sup> Informação obtida a partir da entrevista com Evandro Losacco, realizada no dia 16/10/2019.

<sup>26</sup> Informação obtida com base nas entrevistas com Evandro Losacco e Geraldo Alckmin, realizadas nos dias 16/10/2019 e 15/10/2019, respectivamente.

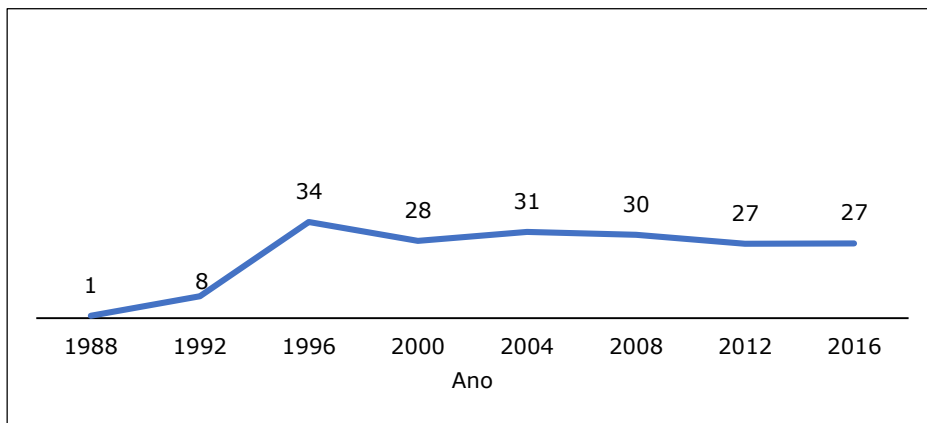
**Tabela 1**  
**Candidaturas do PSDB-SP por população**  
**do município (1988-2016) (%)**

População	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Até 5.000	1	16	71	61	57	57	60	48
5.001 ~ 10.000	2	22	70	59	60	54	57	49
10.001 ~ 20.000	5	27	72	59	66	67	62	51
20.001 ~ 50.000	6	24	61	63	69	65	65	59
50.001 ~ 100.000	6	49	74	61	78	71	65	69
100.001 ~ 500.000	25	45	67	69	72	71	65	64
Acima de 500.000	67	83	100	75	88	78	67	89
Total	6	26	69	62	65	62	62	55

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE e da Fundação Seade.

As candidaturas peessedebistas pelo estado de São Paulo surtiram efeito diante do resultado das urnas. Com recursos financeiros plurais<sup>27</sup> para organizar e distribuir o partido pelo território, o seu desempenho ganhou relevância nos municípios. O PSDB obteve dez vezes mais prefeituras de 1988 para 1992, saltando de cinco para cinquenta, e um aumento de 342% quando se comparam os números de prefeituras conquistadas em 1992 e 1996 (de cinquenta prefeituras em 1992 para 221 em 1996). O Gráfico 2 apresenta a porcentagem de prefeituras tucanas conquistadas ao longo do tempo (1988-2016):

**Gráfico 2**  
**Prefeituras conquistadas pelo PSDB-SP (1988-2016) (%)**



**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE.

<sup>27</sup> O PSDB no estado de São Paulo conta com campanhas municipais em que há pouco auxílio público em sua verba. Dessa forma, os candidatos a prefeito e vereador optam pelo financiamento privado, ou seja, a Executiva estadual tende a apoiar a manutenção de mandatos tucanos, mas pouco auxilia nas campanhas em si. A pluralidade de recursos utilizados no PSDB pode ser explicada pelas experiências associativas de suas coalizões dominantes com políticos profissionais de classe média e alta, ligadas principalmente a profissionais liberais e empresariais. Além de sua identidade política mais próxima ao modelo social-liberal, com valorização do equilíbrio fiscal e eficiência gerencial (Braga, Costa e Fernandes, 2018).

Ainda que o número de prefeituras seja importante para medirmos a força do partido nas eleições para o cargo Executivo municipal<sup>28</sup>, a medida não traduz a principal variável de avaliação do desempenho nas eleições municipais para o PSDB-SP: a população governada. O partido avalia, após a realização do pleito municipal, o número de habitantes a serem governados pelo partido por todo o estado de São Paulo<sup>29</sup>. Esse resultado passa também a auxiliar a formulação de estratégias para as eleições estaduais, no cargo de governador. As informações dispostas na Tabela 2 mostram os números do PSDB-SP no período:

**Tabela 2**  
**Número absoluto e porcentagem da soma das populações municipais em que o PSDB-SP conquistou a prefeitura (1988-2016)<sup>30</sup>**

Ano	População governada (PSDB)	População total	Porcentagem
1988	675.924	30.783.108	2
1992	2.941.678	30.783.108	10
1996	8.232.851	36.974.378	22
2000	6.768.281	36.974.378	18
2004	18.111.492	36.974.378	49
2008	7.239.488	41.211.616	18
2012	7.764.495	41.939.997	19
2016	21.748.800	41.939.997	52

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE e da Fundação Seade.

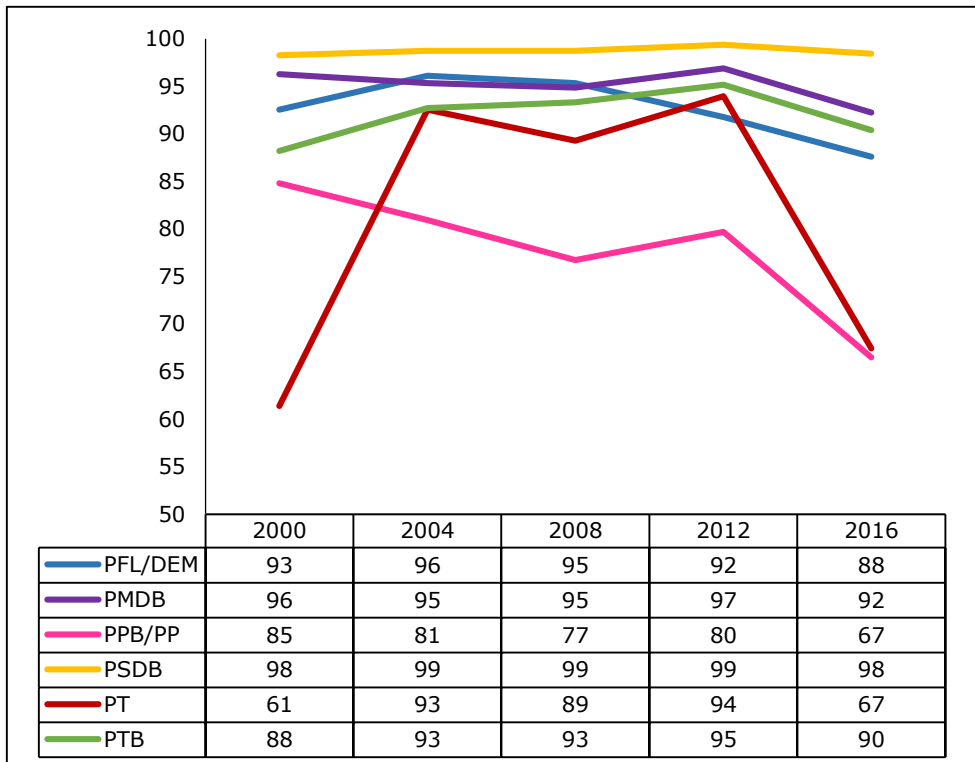
Ainda em nível municipal, o PSDB paulista atua de outras duas maneiras para estruturar o partido no menor nível de disputa: (1) candidaturas para vereador e (2) coligações realizadas municipalmente – analisadas posteriormente. Para o primeiro ponto, a presença de candidatura legislativa do partido ocorre, em média, em 98,7% dos municípios paulistas se considerarmos de 2000 a 2016. Se comparado aos partidos políticos de maior relevância eleitoral em São Paulo, quais sejam PFL/DEM, PMDB, PPB/PP, PT e PTB, o PSDB ainda continua com a maior média de candidatura legislativa municipal – demonstrando, dessa forma, a alta eficiência no processo de difusão territorial pelo qual o partido passou. Além disso, cabe mencionar como, em um contexto com alto número de atores relevantes, o PSDB ainda se sobrepõe com margem significativa em relação aos demais.

<sup>28</sup> Para maior dimensão da força eleitoral do PSDB-SP, principalmente após a sua ascensão ao governo estadual, o partido possui média de 29% das prefeituras conquistadas. O segundo mais bem colocado, PMDB, segue com 14%. O PFL/DEM completa nossa lista com média de 11%. Em outras palavras, o PSDB lidera, com vantagem, a disputa municipal em São Paulo. A atuação do partido no sistema partidário paulista é também analisada por Arquer (2020) e Meneguello, Curi e Catelano (2020).

<sup>29</sup> Informação obtida em entrevista com César Gontijo, realizada no dia 18/10/2019.

<sup>30</sup> Cabe citar que a porcentagem e o número absoluto referentes à população governada pelo PSDB sofrem significativo crescimento ao conquistar a prefeitura da capital paulista – nos anos de 2004 e 2016.

**Gráfico 3**  
**Municípios do estado de São Paulo com candidatura legislativa**  
**PPB/PP, PFL/DEM, PMDB, PSDB, PTB e PT (2000-2016) (%)**

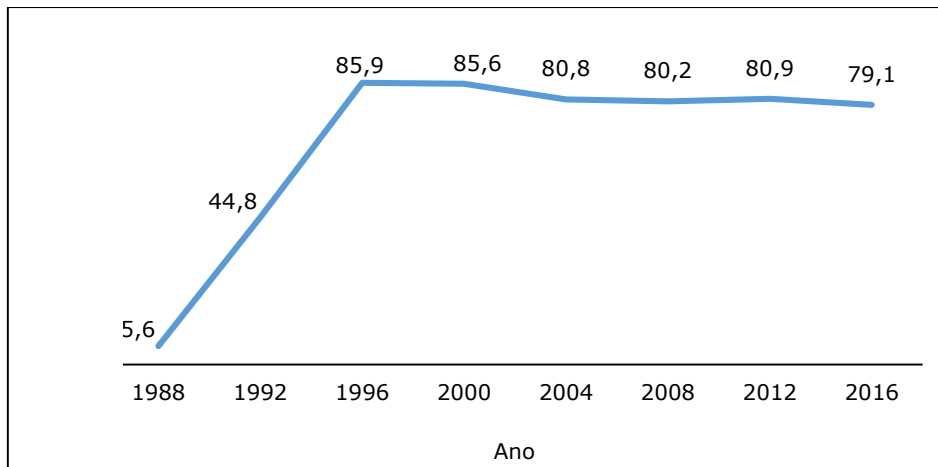


**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE.

O PSDB-SP, de acordo com o Gráfico 3, apresenta-se para o eleitorado paulista em quase todos os municípios do estado. O partido, portanto, tem participação institucional por quase todo o território, com sua menor porcentagem em 98% dos municípios paulistas em 2000 e 2016. Para além das candidaturas, avaliamos também em que medida o PSDB as transforma em mandatos – ou seja, em quantos municípios do estado de São Paulo o partido possui representação na Câmara Legislativa municipal. O Gráfico 4 mostra que o PSDB dissemina sua representação institucional nos municípios paulistas principalmente a partir de 1996 – ano da orientação e prática de maior mudança eleitoral no partido. Os dados sobre a eleição de vereadores por partido e município para os anos de 1988, 1992 e 1996, que se encontram disponíveis, serão adicionados em nossa análise.



**Gráfico 4**  
**Municípios com representação legislativa**  
**PSDB-SP (1988-2016) (%)**



**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE e da Fundação Seade.

Os altos números de representação legislativa do PSDB-SP não foram construídos de maneira espontânea. A avaliação interna dos resultados eleitorais — realizada pelo próprio partido, cujos critérios vão desde ausência de candidatura para prefeito e de vereador eleito por sua coligação até desempenho superior a 10% no cargo Executivo municipal e eleição de vereador do PSDB — leva em consideração a conquista de uma cadeira na Câmara de Vereadores para estabelecer a eficiência de seus Diretórios e Comissões Provisórias. Desde 1996, o partido vem cumprindo essa prioridade na grande maioria dos municípios paulistas. De 1996 a 2016, obteve representação legislativa, em média, em 82,1% dos municípios no estado de São Paulo.

A Executiva estadual é responsável por monitorar e otimizar o desempenho tucano pelo estado paulista. Caso o município seja mal avaliado, o diretório passa por renovação em seus cargos administrativos. A Tabela 3 mostra todos os critérios que o PSDB utilizou em 2016 para a avaliação de seu desempenho nos municípios de São Paulo. Além disso, a sequência das prioridades é definida pelo próprio partido. Ainda que a leitura mais lógica siga o raciocínio de início na “prioridade 1”, respeitamos a informação original, em que a prioridade 10 é a mais importante.

**Tabela 3**  
**Critérios para avaliação de desempenho do PSDB-SP**  
**nas eleições municipais de 2016**

<b>Critério de desempenho - PSDB-SP</b>					
<b>Prioridades de avaliação - Eleições 2016</b>					
<b>Ordem das prioridades</b>	<b>Candidatura para Executivo municipal</b>	<b>Desempenho eleitoral para Executivo municipal</b>	<b>Candidatura para vice-prefeito</b>	<b>Situação da coligação</b>	<b>Partido no Legislativo municipal</b>
Prioridade 1	Sem candidato a prefeito	-	-	Coligação derrotada	Não elegeu vereador
Prioridade 2	Sem candidato a prefeito	-	Sem candidato a vice-prefeito	Coligação vitoriosa	Não elegeu vereador
Prioridade 3	Sem candidato a prefeito	-	Com candidato a vice-prefeito	Coligação vitoriosa	Não elegeu vereador
Prioridade 3.1	Candidatura impedida por ação legal	-	-	-	Não elegeu vereador
Prioridade 4	Sem candidato a prefeito	-	-	Coligação derrotada	Elegeu vereador
Prioridade 5	Com candidato a prefeito	Menos de 10% dos votos válidos para prefeito	-	-	Não elegeu vereador
Prioridade 6	Sem candidato a prefeito	-	Sem candidato a vice-prefeito	Coligação vitoriosa	Elegeu vereador
Prioridade 7	Com candidato a prefeito	Mais de 10% e menos de 20% dos votos válidos para prefeito	-	-	Não elegeu vereador
Prioridade 8	Sem candidato a prefeito	-	Com candidato a vice-prefeito	Coligação vitoriosa	Elegeu vereador
Prioridade 9	Com candidato a prefeito	Menos de 10% dos votos válidos para prefeito	-	-	Elegeu vereador
Prioridade 10	Com candidato a prefeito	Mais de 10% e menos de 20% dos votos válidos para prefeito	-	-	Elegeu vereador

**Fonte:** Elaboração própria com base em documentos do partido de 2016 disponibilizados por entrevistado.

Os critérios expostos possibilitam ter a dimensão da avaliação interna do partido, não apenas reproduzindo índices ou dados descritivos consagrados pela literatura. Embora existam avaliações para cada ano eleitoral, os critérios aqui apresentados foram aplicados especificamente à eleição de 2016 a fim de termos uma dimensão da avaliação realizada internamente pelo partido tucano em São Paulo. Ao analisarmos as prioridades extremas, 1 e 10, obtemos dados aparentemente satisfatórios ao partido: 84,5% dos municípios paulistas atingiram a prioridade 1, colocada como mais básica. Grande parte do estado também foi capaz de responder à Executiva estadual em seu critério mais desejado (prioridade 10): 80,4% dos municípios contaram com candidato ao Executivo municipal, com desempenho superior a 10% e menor que 20% dos votos, e eleição de pelo menos

um vereador. Em outras palavras, ainda que haja consenso entre analistas sobre o sucesso eleitoral do PSDB-SP nos municípios, podemos, com esses dados, apontar a avaliação que o partido fez em face de seus próprios números.

Mesmo que os critérios avaliados pelo partido, expostos na Tabela 3, parametrizem os números para cargos e desempenhos eleitorais do PSDB-SP, sua avaliação e orientações também levam em consideração as alianças estabelecidas nos municípios – o que demonstra, em alguma medida, a importância das coligações realizadas. A próxima seção tem como objetivo expor as orientações e variáveis consideradas importantes pelo partido para se coligar em nível municipal, bem como seus padrões e formas de atuação.

### **Do *glamour* do coligado ao luxo da cabeça da chapa: ascensão a partir de 1994**

Desde seu início, o PSDB, sob a imagem de um partido formado por intelectuais e com grande potencial de crescimento dentro do sistema partidário brasileiro, mantinha uma imagem composta de alto “*glamour*”<sup>31</sup>. Uma aliança com o PSDB nas eleições traria um caráter sofisticado à coligação: “todo mundo queria o PSDB como vice”<sup>32</sup>. No entanto, qual a postura do partido tucano diante desse cenário?

O PSDB possui uma estabilidade em relação às alianças com partidos conservadores (Peixoto, 2010) e também é marcado pelo aumento de sua participação em coligações cada vez maiores em municípios do chamado “G79”<sup>33</sup>, como aponta Ribeiro (2010). Ambos os trabalhos fazem referência aos números nacionais para eleições municipais, a primeira compreendida entre 2000 e 2008, já a segunda com recorte maior: de 1996 até 2008.

Avaliar a lógica manifestada através de coligações nos traz mais informações a respeito das estratégias adotadas pelo PSDB no território paulista, pois permite analisar se o partido fez parte da coligação vencedora, como cabeça de chapa ou apenas como membro na aliança, e se atuou de maneira solitária. Para isso, como aponta o Gráfico 5, analisamos as alianças pré-eleitorais tucanas para o cargo de prefeito nos municípios paulistas de 2000 até 2016<sup>34</sup>.

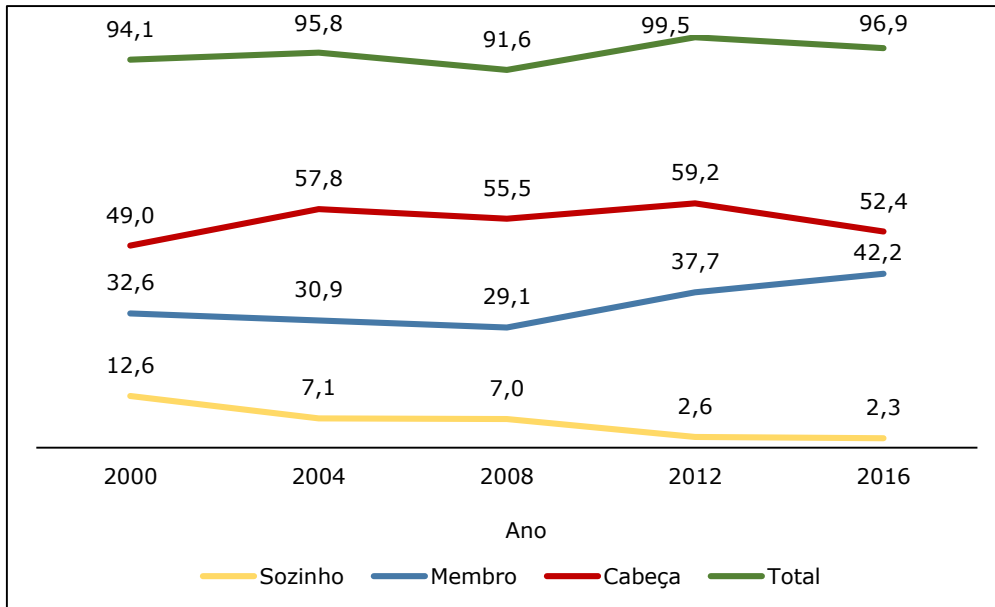
<sup>31</sup> Informação obtida através de entrevista com Floriano Pesaro e Gilda Portugal Gouvea, realizadas em 20/09/2019 e 03/12/2019, respectivamente.

<sup>32</sup> Informação obtida através de entrevista, no dia 20 de setembro de 2019, com Floriano Pesaro.

<sup>33</sup> “G79” faz referência ao grupo de 79 cidades do Brasil em que ocorre o segundo turno das eleições. O conjunto é composto por 26 capitais e 53 municípios com mais de 200 mil habitantes. (Ribeiro, 2010).

<sup>34</sup> Nosso recorte foi diminuído por conta da disponibilidade de dados organizados para coligações no sítio eletrônico do TSE.

**Gráfico 5**  
**Participação do PSDB em coligações municipais**  
**no estado de São Paulo (2000-2016) (%)**



**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE.

A presença do PSDB em candidaturas majoritárias municipais no estado de São Paulo é fator que impressiona. De 2000 a 2016, possui média de 95,6% de presença em candidaturas dessa disputa. Nota-se que o partido, ao longo do tempo, passou pelo processo de não disputar eleições sem alianças. Os números para candidatura solitária sofreram quedas constantes e substantivas desde 2000. Ademais, o partido possui uma alta taxa de liderança das coligações – é o protagonista do pleito, em média, em 54,8% das candidaturas de que participa para prefeito. Como foi avaliado por Arquer e Curi (2018), é necessário destacar o papel do partido do governador para influência dessa liderança nos municípios em todo país.

A formação de coligações tende a se realizar, principalmente, em contextos de alta fragmentação partidária (Kinzo, 2004) e, desse ponto de vista, o município seria considerado um terreno amplo para tal prática, tendo em vista a elevada fragmentação encontrada nas cidades brasileiras (Kerbaudy, 2008). Os impactos de aliar-se a uma coligação vão desde a esfera eleitoral, influenciando os recursos destinados aos partidos (como propaganda eleitoral no rádio e televisão), até a composição do governo, pois tais acordos tendem a permanecer para a esfera da relação entre Executivo e Legislativo formada no governo (Golder, 2005; Kinzo, 2004). Os acordos, nesse sentido, não apresentam custo zero para os envolvidos. A partir do momento em que um partido oficializa seu apoio, ele necessariamente renuncia a uma candidatura própria. Ao passo

que se espera que o partido receptor do apoio, o cabeça da coligação, divida o prêmio conquistado com seus aliados, ou seja, os acordos pré-eleitorais possuem custos tanto para o apoiador quanto para o cabeça da chapa (Blais e Indridason, 2007).

Peres e Lenine (2017) afirmam que a pesquisa sobre coligações, com base em sua consistência, envolve dois campos: o da ideologia e o da estratégia eleitoral. No primeiro campo, analisa-se a consistência dos programas partidários envolvidos no acordo pré-eleitoral – se são ideologicamente dialogáveis. Na esfera da estratégia eleitoral, a análise repousa nas ações táticas dos partidos dentro do ambiente específico de competição em que está inserido para seu objetivo maior: a conquista do poder político. Coligações ideologicamente distintas certamente terão seus custos, mas, tendo em vista a implementação de *políticas*, são acordos racionais.

Porém, não se trata de um simples acordo. A decisão do partido em aderir ou não a coligação, para Nicolau (1996), apresenta duas chaves determinantes: magnitude eleitoral do distrito e o tamanho dos partidos<sup>35</sup>. Para o autor, são relações inversamente proporcionais: quanto maiores a magnitude eleitoral e o tamanho do partido, menor a chance de se coligar. No entanto, uma vez que os partidos grandes e pequenos se beneficiam do instrumento da aliança em uma coligação, tal estratégia pode ser vista como racional aos dois atores (Kinzo, 2004). De um lado, os pequenos partidos podem garantir sua presença no governo eleito de maneiras variadas, geralmente com cargos e nomeações no Executivo (Meneguello, 2010). De outro, ao optarem por firmar a aliança com pequenos, os grandes partidos aumentam seus recursos eleitorais – como tempo maior de propaganda eleitoral no rádio e na televisão – e, assim, as possibilidades de vitória nas eleições (Kinzo, 2004). Desse modo, a prática de formação das alianças pré-eleitorais é incentivada de forma institucional para todos os partidos na disputa eleitoral. Em nosso caso, verificamos se um partido dominante como o PSDB no estado de São Paulo também tende a formar coligações eleitorais nos municípios.

Para isso, verificamos como o partido tucano se comporta sob duas perspectivas: (1) consistência ideológica e (2) magnitude do distrito. Dessa forma, avaliamos as proposições de Peres e Lenine (2017) e Nicolau (1996) acerca dos dois aspectos, respectivamente. Quanto à ideologia, a literatura nacional recente aponta para uma tendência cada vez maior de queda na consistência ideológica das coligações, com partidos pouco constrangidos ideologicamente a fazerem alianças com adversários ideológicos distintos (Krause, Dantas e Miguel, 2010; Krause, Machado e Miguel, 2017). Em relação à magnitude do distrito, é esperado que suas maiores coligações estejam nos grandes municípios (Nicolau, 1996).

Para avaliarmos o diálogo do PSDB-SP com outros atores na disputa eleitoral, verificamos a possível heterogeneidade das alianças tucanas, identificamos os seus companheiros de chapa, quando se candidata como principal partido, e com quais

---

<sup>35</sup> Nicolau (1996) avalia o partido como grande ou pequeno com base no alto ou baixo potencial de atingir o quociente eleitoral – a fim de conquistar uma cadeira legislativa.

organizações o PSDB se coliga para apenas compor a candidatura de outro partido. Dessa forma, realizamos uma avaliação do protagonismo do partido tucano nesse tipo de acordo, através do exame das coligações estabelecidas que trazem o PSDB como mero aliado, cabeça da chapa (indicando seu maior protagonismo ante os outros partidos) ou apenas como candidatura solitária. As Tabelas 4 e 5 avaliam o comportamento do partido peessedebista no estado de São Paulo sob duas óticas: (a) como membro da coligação (Tabela 4); (b) como partido cabeça da chapa que estabelece a aliança (Tabela 5).

**Tabela 4**  
**Número de coligações para prefeitos do estado de São Paulo**  
**em que o PSDB é membro (2000-2016)**

Partido/Ano	2000	2004	2008	2012	2016	Média	Porcentagem
PFL/DEM	40	43	42	39	43	41	18,6
PC do B	0	0	0	1	1	0	0,2
PDT	7	7	9	7	12	8	3,8
PEN	0	0	0	0	1	0	0,1
PHS	0	0	0	0	3	1	0,3
PR/PL	15	13	8	19	17	14	6,5
PMB	0	0	0	0	1	0	0,1
PMDB	54	38	47	48	48	47	21,2
PMN	1	2	0	0	0	1	0,3
PPB/PP	15	10	8	14	10	11	5,1
PPS	15	23	9	19	13	16	7,1
PRB	0	0	1	3	9	3	1,2
PROS	0	0	0	0	1	0	0,1
PRP	3	3	1	1	2	2	0,9
PRTB	0	1	0	0	0	0	0,1
PSB	10	10	13	15	28	15	6,8
PSC	0	2	4	4	1	2	1,0
PSD 1	2	0	0	0	0	0	0,2
PSD 2	0	0	0	16	25	8	3,7
PSDC	1	0	2	0	0	1	0,3
PSL	1	0	1	4	0	1	0,5
PT	6	2	1	3	0	2	1,1
PTB	34	38	31	35	34	34	15,5
PTC	0	0	0	0	1	0	0,1
PTN	0	0	0	0	1	0	0,1
PV	6	7	10	15	16	11	4,9
REDE	0	0	0	0	1	0	0,1
SD	0	0	0	0	4	1	0,4
Total	210	199	187	243	272	222	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE. Os dados anteriores a 2000 não possuem confiabilidade.

**Tabela 5**  
**Número de coligações estabelecidas entre PSDB como cabeça da chapa e outros partidos membros para prefeituras no estado de São Paulo (2000-2016)**

Partido/Ano	2000	2004	2008	2012	2016	Média	Porcentagem
PFL/DEM	103	145	139	176	134	139	9,7
PAN	6	16	0	0	0	4	0,3
PCdoB	11	6	17	50	42	25	1,8
PDT	63	88	91	100	68	82	5,7
PHS	6	33	32	40	61	34	2,4
PR/PL	65	100	91	95	84	87	6,0
PMDB	100	113	121	114	101	110	7,6
PMN	10	28	29	36	14	23	1,6
PPB/PP	81	98	99	118	87	97	6,7
PPS	77	113	117	127	116	110	7,6
PRB	0	0	68	82	102	50	3,5
PROS	0	0	0	0	49	10	0,7
PRP	19	51	43	57	46	43	3,0
PRTB	8	33	25	28	25	24	1,7
PSB	48	77	85	102	98	82	5,7
PSC	24	42	80	94	79	64	4,4
PSD 1	47	0	0	0	0	9	0,7
PSD 2	0	0	0	125	100	45	3,1
PSDC	9	22	32	20	25	22	1,5
PSL	17	35	43	41	41	35	2,5
PST	30	0	0	0	0	6	0,4
PT	27	35	14	13	16	21	1,5
PTB	108	118	130	134	122	122	8,5
PTC	0	22	31	39	22	23	1,6
PTdoB	13	24	23	30	21	22	1,5
PTN	11	39	35	45	60	38	2,6
PV	47	78	103	104	103	87	6,0
Rede	0	0	0	0	13	3	0,2
SD	0	0	0	0	106	21	1,5
Total	930	1.316	1.448	1.770	1.735	1.440	100,0

**Fonte:** Elaboração própria com dados do TSE. Os dados anteriores a 2000 não possuem confiabilidade.

Dois movimentos são importantes para a compreensão do partido: em primeiro lugar, o peso das coligações ao longo dos anos. De fato, o PSDB compreendeu a política de alianças nas eleições enquanto prática importante para manutenção e ampliação de sua influência política no estado de São Paulo. O partido salta do total de 930 alianças em todas as coligações municipais majoritárias, em 2000, para 1735, em 2016 – um aumento de 86,5%. Demonstra, mais uma vez (além do Gráfico 5), como o número coligações se tornou uma estratégia reconhecida ao longo do período analisado.

O segundo aspecto interessante repousa no conteúdo das alianças em si. Observamos, na Tabela 4, que o PSDB demonstra preferência em se ligar com o PMDB. Além deste, merecem destaque o PFL/DEM e o PTB. Os três partidos correspondem a 55% das candidaturas a que o PSDB se aliou para fortalecer a candidatura de outro partido. Ademais, ideologicamente, os partidos representam o centro (PMDB) e a direita (PFL/DEM

e PTB), conformando, assim, suas principais coligações estabelecidas de forma coerente no campo da centro-direita. O PSDB-SP, principalmente a partir de 1996, possui a orientação de não se aliar com o PT. Porém, não há restrições a outros postulantes da disputa eleitoral. Efetivamente, o partido apenas se juntou à candidatura petista em 1% das ocasiões durante o período de 2000 a 2016.

No entanto, acerca dos principais aliados em suas candidaturas municipais, a Tabela 5 demonstra que o partido que lhe deu origem fica apenas na terceira colocação, empatado com o PPS em municípios coligados com a organização tucana em 2016. Em termos ideológicos, o PSDB-SP continua a aliar-se majoritariamente com partidos ao centro e à direita. Porém, durante as eleições de 2000 a 2016, passou a aceitar partidos mais à esquerda, casos do PSB e PDT. Ainda que o partido não possua constrangimentos da Executiva estadual para recusar o PT enquanto aliado à candidatura tucana, o número de alianças continua baixo no período: em média, 21 nos municípios paulistas – figurando apenas na vigésima terceira posição entre os partidos que mais se aliam às candidaturas do PSDB de 2000 a 2016.

Além do critério ideológico, verificamos se há um padrão de acordo com a magnitude do município. O partido tucano adotou a estratégia de aumentar sua presença nos municípios menores ao utilizar-se da coligação com outro partido enquanto cabeça de chapa (Tabela 6). Tal estratégia permitiu que sua presença nos municípios paulistas tivesse um espantoso crescimento de 324%. Especialmente no ano de 2004, o partido apresenta seu maior salto de uma eleição para a seguinte: aumento de 126 candidaturas em que atuou apenas como membro da coligação. Tal estratégia repousa no fortalecimento do partido nos municípios para obtenção de apoio visando às eleições presidenciais de 2006. O então governador Geraldo Alckmin, ao orientar a capilarização cada vez maior do partido, pretendia expandir a base de apoio tucana para fortalecimento na eleição presidencial seguinte<sup>36</sup>. Nas candidaturas em que participou como cabeça de chapa (Tabela 7), o PSDB também teve aumento considerável nos menores municípios do estado paulista se compararmos o início de nosso recorte temporal, em 2000, com a última eleição analisada, em 2016: 127%. Portanto, as coligações, independentemente da candidatura, permitiram uma expansão ainda maior do PSDB pelo estado de São Paulo, com foco, dessa vez, nos municípios de menor magnitude.

A respeito das candidaturas solitárias (Tabela 8), o partido tucano diminuiu em 81% tal prática desde 2000 até 2016. À medida que o número de partidos em disputa aumentava, a dificuldade em se isolar na disputa eleitoral também crescia e tal estratégia passou a ser analisada como não compensatória aos ganhos eleitorais que o partido possivelmente conquistasse. O preço da aliança passava a ser mais ponderado perante a conquista solitária do cargo e o apoio legislativo necessário para governar, mesmo em nível municipal.

<sup>36</sup> Informação obtida a partir da entrevista com Evandro Losacco, realizada no dia 16/10/2019.



**Tabela 6**  
**Número de municípios em que o PSDB se coligou com outras candidaturas para prefeito e magnitude dos municípios no estado de São Paulo (2000-2016)**

PSDB como aliado		2000	2004	2008	2012	2016
Magnitude do município	9	45	171	159	161	191
	10	1	10	12	4	3
	11	79	6	8	25	35
	12	0	3	2	5	3
	13	35	3	2	19	15
	14	0	0	2	0	0
	15	24	2	1	10	8
	16	1	1	1	0	0
	17	14	2	1	9	10
	18	0	0	0	1	0
	19	7	0	0	3	5
	21	3	1	0	3	1
	23	0	0	0	1	0
	28	0	0	0	1	0
	33	1	0	0	1	1
	Total	210	199	188	243	272

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do TSE. Total de municípios: 645.

**Tabela 7**  
**Número de municípios em que o PSDB foi cabeça da chapa da coligação e magnitude dos municípios (2000-2016)**

PSDB como cabeça da chapa		2000	2004	2008	2012	2016
Magnitude do município	9	84	286	283	239	191
	10	0	37	28	10	8
	11	88	16	17	56	46
	12	2	8	6	6	5
	13	45	7	9	30	40
	14	2	3	2	0	0
	15	33	2	1	12	13
	16	0	5	4	0	0
	17	39	1	3	11	11
	18	9	0	0	0	1
	19	13	0	0	6	8
	20	0	3	2	1	1
	21	1	2	2	6	8
	22	0	0	0	1	0
	23	0	0	0	2	3
	27	0	0	0	0	1
	28	0	0	0	0	1
	33	0	1	0	0	0
	34	0	1	0	1	0
	55	0	1	1	1	1
Total		316	373	358	382	338

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do TSE. Total de municípios: 645.

**Tabela 8**  
**Número de municípios em que o PSDB foi candidato sem coligação para prefeito e magnitude dos municípios (2000-2016)**

PSDB como solitário		2000	2004	2008	2012	2016
Magnitude do município	9	32	38	29	11	8
	10	0	5	7	0	0
	11	18	2	2	2	2
	12	0	0	2	0	0
	13	14	0	1	1	1
	14	0	1	0	0	0
	15	9	0	1	1	2
	17	2	0	1	1	1
	19	1	0	0	0	0
	21	5	0	1	1	0
	33	0	0	1	0	0
	34	0	0	0	0	1
Total		81	46	45	17	15

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do TSE. Total de municípios: 645.

A análise do desempenho e comportamento partidário do PSDB traz luz à definição de uma estratégia de alianças, mantendo a liderança da coligação como prioridade. Nas cinco eleições consideradas para análise das coligações, o partido possui uma média de 54,8% do total de sua participação em acordos pré-eleitorais como cabeça da chapa. O número demonstra a tendência de a sigla ser a preferência do eleitor paulista e protagonizar o pleito em detrimento de seus parceiros. Ainda assim, o partido reconheceu a importância em também aliar-se a outras candidaturas para fazer-se presente em mais municípios de São Paulo. Tal política de alianças peessedebista fica especialmente clara a partir de 2004, quando se municipaliza com aumento significativo de coligações estabelecidas em pequenos municípios.

Ao incorporar a magnitude em nossa análise, demonstramos como o PSDB, principalmente a partir de 2004, passou a lançar candidaturas e a se coligar com parceiros nos municípios menores – com nove cadeiras legislativas disponíveis (magnitude = 9). O seu processo de interiorização parece ser um ponto-chave desde esse ano. Foi também em 2004 que o partido diminuiu drasticamente o número de candidaturas solitárias, abrindo seu leque de acordos pelo estado, mesmo como mero membro. A partir de então, a estratégia de formar cada vez mais alianças nos municípios passou, como já foi citado anteriormente, pelo projeto político de Geraldo Alckmin para angariar diversos apoios nos municípios – visando à sua candidatura à presidência, dois anos depois, em 2006.

Em 2008, a estratégia permaneceu a mesma: foco da política de alianças em pequenos municípios. Já no período de 2012 a 2016, a política de alianças foi alterada. A diminuição das alianças, seja como membro de outra candidatura ou com candidatura própria, foi notável nos menores municípios e iniciou-se um movimento de alianças eleitorais em cidades de maior magnitude. A estratégia dialoga com um dos objetivos do PSDB durante a campanha municipal de 2016: governar a maior população possível no

estado. Dado que o número de habitantes tende a crescer com o aumento da magnitude, a política de alianças estabelecida mostrou-se coerente com seus objetivos.

O partido tucano paulista parece, com base nos dados coletados, ter compreendido o contexto de atuação eleitoral cada vez mais fragmentado. Diminuiu o número de candidaturas solitárias, aumentou o número de candidaturas em que saiu como simples membro e manteve o alto índice de protagonismo nesse tipo de acordo. Para além do levantamento de informações sobre todas as regiões de governo do estado de São Paulo a que o partido tem acesso, o Ninho dos Tucanos mantém-se também através das estratégias e organização do partido em face das demandas das elites partidárias e da disputa eleitoral dinâmica ao longo do tempo.

O impacto das variáveis institucionais, como o aumento do número de partidos na disputa, é fundamental para adoção das estratégias eleitorais. Os dados analisados sobre a política de alianças do PSDB-SP explicitam essa relação. Porém, existem outras estratégias e estimativas a serem realizadas visando ao fortalecimento do partido em desempenho eleitoral, como valer-se, em suas candidaturas, do possível efeito *coattail*, o qual pode diminuir o alto custo de compartilhamento em uma coligação, visto que pressupõe um forte candidato ao cargo Executivo e sua influência para trazer votos aos seus parceiros na disputa legislativa. Ao angariar tais votos, a chance de maior representação/apoio no Legislativo aumenta e, assim, não haveria a necessidade de dividir o prêmio com tantos partidos coligados.

Como o efeito se dá na direção do cargo Executivo para Legislativo, analisamos a capacidade de o prefeito cooperar no desempenho dos vereadores aliados à sua candidatura. É necessário, assim, que o candidato ao Executivo seja um candidato forte do ponto de vista eleitoral – ou seja, que consiga uma boa margem de votos em comparação aos outros candidatos ao Executivo. Já os candidatos na disputa legislativa precisam de associação à imagem de seu aliado na disputa majoritária. Assim, uma vez que a disputa pelo Executivo tende a ser protagonista nas eleições, associar-se à figura de seu candidato aliado ao Executivo para concorrer a uma cadeira no Legislativo pode ser uma boa estratégia. Os eleitores poderão associar as duas figuras e utilizar tal associação como atalho informacional para sua decisão nas urnas (Samuels, 2000). A fim de facilitar ainda mais o efeito *coattail*, Shugart (1995) destaca seu caráter significativo quando as eleições ocorrem em datas semelhantes. Portanto, analisar a possibilidade de influência do prefeito sobre os vereadores tucanos e aliados é parte vital para a compreensão da organização partidária e a atuação eleitoral do PSDB no estado de São Paulo.

A manutenção do desempenho peessedebista em território paulista passa pelo crescimento do número de partidos que disputam as eleições ao longo dos anos. Com isso, o número de coligados também se elevou e tornou-se uma estratégia dado justamente o aumento de competidores em nível municipal. A opção pela não coligação pode representar a soma de mais um adversário direto na disputa. Ao passo que pode também simbolizar a divisão do objetivo, se conquistado. Um modo de contornar as desvantagens de uma

grande coligação é exatamente se utilizar do efeito *coattail* para eleger mais vereadores do seu partido e atingir apoio legislativo necessário para governar de maneira menos custosa. Porém, qual variável possui o maior poder de explicação para o apoio legislativo conquistado pelo PSDB-SP nos municípios em que obteve a prefeitura?

Para realizarmos essa avaliação, com base em Vasquez, Curi e Silva (2021), aplicamos uma regressão linear com “potencial apoio legislativo” como nossa variável dependente. Trata-se da porcentagem de cadeiras conquistadas pela coligação majoritária do prefeito eleito. Nossa primeira variável independente é “partidos na coligação”, e refere-se ao número de partidos aliados ao cargo majoritário que venceu a eleição. Nossa segunda variável independente é alternativa à primeira: efeito *coattail*. Assume-se que quanto menos competitiva a disputa no município, maior é o potencial de o efeito *coattail* ocorrer nela. Dessa forma, quanto maior a diferença de votos, menor será a razão entre a votação do segundo e primeiro colocado. O resultado, assim, varia entre 0 e 100 (Vasquez, Curi e Silva, 2021, p. 14). Utilizamos também uma variável interacional, a fim de testar se os candidatos com muitos partidos coligados e amplo sucesso eleitoral aumentam a possibilidade de conquistar potencial apoio legislativo. A variável interacional é calculada pela multiplicação entre as variáveis independentes anteriores – número de partidos na coligação e efeito *coattail*.

Além disso, aplicamos duas variáveis de controle a fim de identificarmos possíveis influências na construção de nossa variável dependente, potencial apoio legislativo. A primeira diz respeito ao partido do governador, trabalhada em quatro *dummies* categóricas: (1) partido encabeça a candidatura vencedora; (2) partido compõe uma candidatura vencedora; (3) partido é cabeça da chapa derrotada; e (4) partido compõe uma candidatura derrotada para prefeito. A referência das categorias é quando o partido do governador não está envolvido na eleição daquele município (Vasquez, Curi e Silva, 2021, p. 15). Dado que o Executivo nacional e o estadual influenciam as disputas locais por meio dos recursos transferidos aos municípios (Dantas, 2007), esperamos que as candidaturas vinculadas ao partido do governador angariem maior sucesso na disputa. Nossa segunda variável de controle corresponde à magnitude do município, ou seja, o número de cadeiras legislativas disponíveis onde a coligação majoritária foi vitoriosa. Para Nicolau (1996), a magnitude do município é variável determinante na decisão do partido de optar ou não pela coligação.

**Tabela 9**  
**Regressão linear multivariada para potencial apoio legislativo**  
**no estado de São Paulo (2000-2016)**

Variável dependente: potencial apoio legislativo no município		
	Coefficiente	Erro-padrão
Número de partidos na coligação	2,602***	0,158
Efeito <i>coattail</i>	0,264***	0,021
Magnitude	-1,637***	0,13
Efeito <i>coattail</i> X número de partidos na coligação	-0,006	0,003
Cabeça da chapa - partido do governo - vitória (1)	10,524***	1,409
Chapa do partido do governo - vitória (2)	6,492***	1,341
Cabeça da chapa - partido do governo - derrota (3)	-0,575	1,417
Chapa do partido do governo - derrota (4)	-1,034	1,333
Constante	44,287***	1,955
N	3080	
R <sup>2</sup> ajustado	0,382	

**Fonte:** Elaboração do autor a partir de dados do TSE e de teste estatístico com base em Vasquez, Curi e Silva (2021). \*\*\*  $p < 0.001$ .

O modelo, na Tabela 9, apresenta poder explicativo razoável sobre o processo de conquista de potencial apoio legislativo nos municípios paulistas. Isso se dá a partir dos coeficientes significantes e positivos para número de partidos na coligação e efeito *coattail*. Além disso, assim como as eleições municipais em todo o Brasil (Vasquez, Curi e Silva, 2021, p. 16), a variável interacional não atingiu significância estatística e permaneceu próxima a zero. Isso significa que os efeitos são alternativos entre si: possuir alto número de partidos coligados e grande sucesso eleitoral não aumenta o potencial apoio legislativo de uma candidatura.

As variáveis de controle de nosso modelo, por outro lado, apresentam significância. A tendência é que quanto maior a magnitude do município, maior a dificuldade do partido em angariar apoio legislativo. Ademais, possuir partido do governador, em nosso caso o PSDB, enquanto candidato ou apenas como parte da chapa no município, aumenta significativamente a chance de potencial apoio legislativo no município. Se comparada ao nível nacional, a influência do partido do governador em São Paulo é absolutamente maior em face dos resultados gerais para influência do governador no estado. O resultado, em perspectiva comparada, aponta a força que o PSDB possui no cargo Executivo estadual e sua grande influência nos municípios paulistas.

Dessa forma, é possível não apenas dimensionar a força do PSDB, partido do governo estadual, nas eleições municipais, mas também confirmar a efetividade das estratégias eleitorais tucanas nos municípios paulistas: (1) aumento do número de aliados em suas alianças e (2) recrutamento de lideranças municipais, geralmente encontradas

em associações, igrejas, sindicatos, para lançamento de candidatura<sup>37</sup>. No caso paulista, ambas as variáveis demonstraram seu efeito positivo em obter recurso crucial para a realização de políticas públicas nos municípios: potencial apoio legislativo. O resultado também vem demonstrar como atua a organização do PSDB-SP e sua importância em estruturar as candidaturas, alianças e acompanhar o desempenho do partido em nível municipal.

A organização do partido no estado e nos municípios também passa por outro mecanismo para a avaliação de sua presença e coordenação no território: a relação que exerce com elites do sistema partidário em que está inserido. A relação entre elites e a tomada de decisão dos atores políticos configura a principal variável para desempenho eleitoral de um partido no Brasil (Peres, Ricci e Rennó, 2011). A fim de complementar nossa análise da estratégia peessedebista no estado de São Paulo, avaliamos a migração partidária das principais siglas do estado, o que nos indicará o comportamento do PSDB para cooptação de atores políticos. Supomos que, ao longo do tempo, o partido apresentou-se de maneira cada vez mais organizada e forte eleitoralmente, atraindo elites importantes para o cenário paulista.

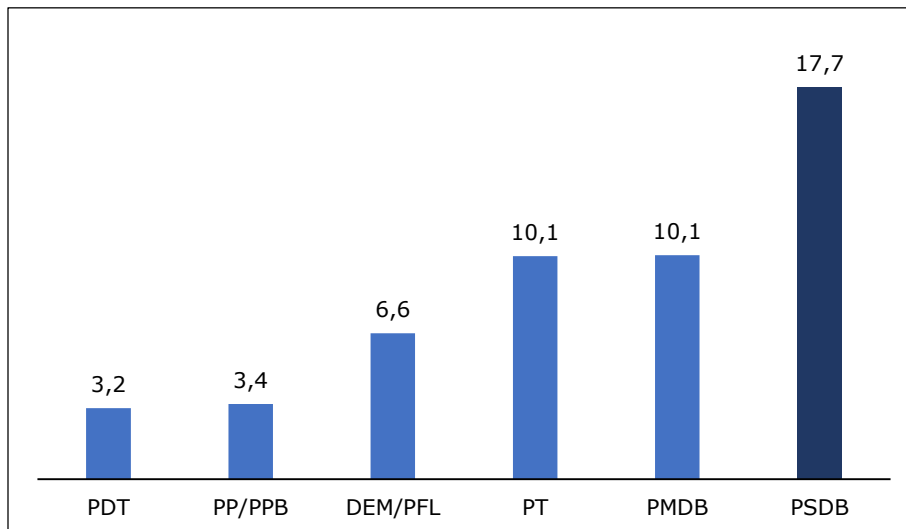
Para analisarmos a migração partidária, partimos do pressuposto de que os atores, político e partido, são racionais – ou seja, dado seu nível de informação, elencarão as melhores opções disponíveis para escolha e, assim, tenderão a optar pela que lhe trará maiores benefícios em relação aos custos. De um lado, consideramos que a troca de legenda pode ser benéfica para o político, aumentando suas chances de sucesso na carreira (Melo, 2004). Em contrapartida, partidos também buscam atrair políticos para sua sigla (Desposato, 2006) e, assim, expandir seu eleitorado e máquina partidária (Freitas, 2012).

Em contexto local, o sucesso eleitoral da migração partidária (sua conquista ao cargo disputado) tende a estar atrelada a aspectos como o capital político inicial e a qualidade da organização partidária do partido do migrante (Faganello e Fernandes, 2018). Assim, consideramos importante avaliar o sucesso dos políticos migrantes ao partido tucano paulista e em que medida ele optou pela migração de “debutantes” na disputa, ou de figuras que já ocuparam algum cargo eletivo – “veteranos”. Na linha da renovação de seus quadros, como mostram os Gráficos 6 e 7, o partido tucano ainda é a organização que mais lança candidatos debutantes, quer para prefeito ou para vereador, ou seja, candidatos sem participação em uma disputa eleitoral anteriormente.

---

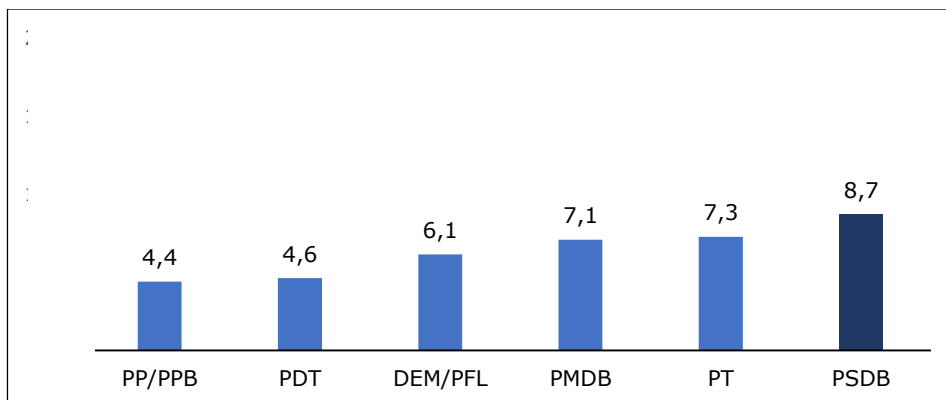
<sup>37</sup> O recrutamento de lideranças municipais ocorre de duas formas: (a) a partir de levantamentos que a Executiva estadual possui, via Diretórios/Comissões Provisórias, sobre possíveis lideranças no município para oferecimento da sigla – geralmente encontradas em associações, Igrejas, sindicatos; e (b) com base em lideranças locais já filiadas ao PSDB que, por sua influência regional, recrutam outros líderes para a agremiação. Vale ressaltar que, no início do partido, André Franco Montoro contatava prefeitos e lideranças municipais para que se filiassem ao novo partido, o PSDB. Até mesmo um encontro nacional de militantes dissidentes do PMDB foi realizado, com discurso de Montoro. Sua influência política, tendo sido eleito governador do estado de São Paulo em 1982, auxiliou o recrutamento de figuras municipais importantes para o início tucano no estado.

**Gráfico 6**  
**Candidaturas debutantes para prefeito no estado de**  
**São Paulo (2000-2016) (%)**



**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE e dados cedidos por Marco Antônio Faganello e Jean Lucas Fernandes.

**Gráfico 7**  
**Candidaturas debutantes para vereador**  
**no estado de São Paulo (2000-2016) (%)**



**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do TSE e dados cedidos por Marco Antônio Faganello e Jean Lucas Fernandes.

Além disso, as porcentagens de saída e entrada de políticos para os principais partidos políticos paulistas para os cargos de prefeito e vereador, durante 2000 a 2016, demonstram a capacidade do partido tucano em constantemente renovar seus quadros. Para o mesmo recorte temporal, ele aparece com a segunda maior porcentagem de saída da legenda no estado de São Paulo e ocupa, ao mesmo tempo, a maior porcentagem de entrada de políticos já com capital político (veteranos) (Curi, 2020, p. 76). Os dados ainda

apontam o principal partido de origem para o PSDB: PMDB. A intensa migração partidária para o PSDB durante seu período de formação, como apontam Meneguello e Bizzarro Neto (2012), trouxe estrutura inicial forte para um partido novo na arena eleitoral. Porém, o processo de migração partidária para o PSDB passou, desde seu início, por forte atuação do partido em busca de possíveis lideranças via instituições e organizações civis dentro dos municípios paulistas – como Igrejas, sindicatos e associações. Outra prática comum adotada pelo partido passava pela figura de Franco Montoro: o ex-governador entrava diretamente em contato com ex-prefeitos que conhecia, em sua maioria ligados ao PMDB, e convidava-os a saírem candidatos por seu novo partido, o PSDB.

Além disso, os dados corroboraram nossa hipótese sobre a migração partidária no estado de São Paulo: o PSDB apresentou-se diante da classe política enquanto ator viável e atrativo para entrada de políticos – fossem veteranos ou debutantes. O PSDB-SP, também nesse aspecto, cresceu ao longo do tempo. Salvo em 2008 para vereador e em 2012 para prefeito, o PSDB obteve elevado saldo entre entrada e saída de políticos de sua sigla. O seu auge, no entanto, dá-se em 2016, quando 26,7% de todos os vereadores veteranos entraram no partido e apenas 7,2% saíram. Para prefeito, o ano de 2016 também é o mais marcante: 38,3% dos prefeitos veteranos da disputa eleitoral entraram no partido e apenas 10% saíram. O PSDB, dessa forma, demonstra não apenas poder de expansão perante debutantes e veteranos, mas de manutenção de sua máquina partidária como a mais forte e atrativa no estado paulista.

A migração partidária, portanto, tornou-se um dos mecanismos de penetração territorial empregado pelo partido (Panebianco, 2005). A utilização de recursos partidários e deliberação de estratégias oriundas de uma coalizão dominante no partido propiciou a municipalização cada vez maior do PSDB no estado de São Paulo e, assim, a apropriação de um caráter localista – título constantemente atribuído ao PMDB, principalmente a partir das eleições municipais ocorridas em 1986 (Sadek, 1989).

## Conclusão

Compreender o contexto histórico de fundação do PSDB e analisar seus dados para o estado de São Paulo nos últimos 24 anos foram ações fundamentais para responder à nossa pergunta de partida: quais aspectos organizacionais e estratégias eleitorais permitiram que o PSDB construísse em São Paulo, um terreno multipartidário e fragmentado, sua dominância no eleitorado? A hipótese fundou-se na importância de a organização do PSDB-SP, pautada por forte institucionalização, ser essencial para a manutenção do partido enquanto força dominante no estado em aspectos eleitorais. A análise realizou a reconstrução da trajetória do PSDB desde 1988 até 2018 – último pleito até o encerramento desta pesquisa. Apresentamos aspectos da estruturação do partido e procuramos identificar explicações para sua dominância eleitoral em território paulista.



A união entre as perspectivas quantitativa e qualitativa foi de suma importância para compreendermos o fenômeno tucano em São Paulo. A abordagem quantitativa foi-nos essencial na construção de indicadores para a organização partidária e a avaliação de resultados eleitorais que o PSDB-SP obteve em São Paulo, possibilitando a mensuração do domínio tucano no estado. Os dados quantitativos foram acrescidos de informações levantadas pela realização de entrevistas com lideranças e quadros partidários, fontes fundamentais para entender as estratégias do partido. Dessa forma, expandimos os limites dos indicadores consagrados pela literatura e procuramos qualificar a interpretação dos dados eleitorais: compreendemos como os membros do PSDB-SP analisam seus próprios resultados e avaliam seu desempenho para definir “premiações” ou “punições” à organização local, a depender de sua performance no município, que variam desde maior suporte durante o mandato até o apoio durante as campanhas nas eleições seguintes. O controle da Executiva estadual de suas subunidades é um dos diferenciais entre o PSDB-SP e o PSDB nacional, e, para nós, grande parte de seu sucesso eleitoral está vinculado à construção dessa relação interna ao partido.

A dominância do PSDB no estado de São Paulo é construída sob forte institucionalização partidária, com burocracia central desenvolvida, sem orientação de uma instituição externa ou organização colateral e com cargos claros e definidos internamente, acompanhando aspectos que Panebianco (2005) define em seu estudo sobre a institucionalização dos partidos. A construção partidária é apresentada, conforme relatam as entrevistas realizadas, tendo como alicerce rigoroso controle de seus diretórios, com uma assistência contínua dada pela Executiva estadual, baseada em recursos financeiros e auxílio de profissionais conforme as necessidades relatadas nos municípios paulistas. Por intermédio de coordenadores regionais, o partido organiza-se para entender e levantar constantemente as demandas e carências comunicadas pelos diretórios municipais e quadros políticos presentes nas 63 Regiões de Governo no estado, com o objetivo de realizar o atendimento de cada ponto de deficiência especificado pelo coordenador de cada região paulista.

Vale citar, nesse sentido, aspectos do processo de organização do partido para todo o estado de São Paulo. Dentre as ações, mencionamos os relatos sobre o contato de Franco Montoro para atrair pessoas do PMDB para seu novo partido<sup>38</sup>; as visitas a todos os municípios do estado de São Paulo, com os governadores Mário Covas e, posteriormente, com Geraldo Alckmin<sup>39</sup>; a realização de seminários sobre educação política

<sup>38</sup> À época, Montoro fez um discurso marcante para os membros da sigla tucana: “Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce um novo partido (PSDB) como resposta ao sentimento de indignação que tomou conta do povo com a traição à luta das Diretas Já”. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/longe-das-benesses-oficiais-mas-perto-do-pulsar-das-ruas-nasce-um-novo-partido-psdb-como-resposta-ao-sentimento-de-indignacao-que-tomou-conta-do-povo-com-traicao-luta-das-diretas-ja-21764034>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

<sup>39</sup> Adepto dos ensinamentos trazidos pelo ex-governador, Mário Covas, que visitava oito municípios por final de semana, Geraldo Alckmin aponta a importância do corpo a corpo em todos os municípios paulistas, levando a imagem do partido presente em todo território. Disponível em:

pelo estado; a instalação de coordenadores regionais para avaliação das necessidades da região e mapeamento de possíveis lideranças. Todos esses fatores englobam estratégias do PSDB-SP para municipalizar-se pelo território e aproximar-se do eleitorado. De fato, de acordo com entrevistas feitas com filiados partidários no estado de São Paulo em pesquisa realizada no ano de 2013<sup>40</sup>, incluídos os filiados tucanos, sua filiação se deu, em 39% dos casos, por conta de um representante do PSDB que os procurou e sugeriu o início do vínculo com o partido. Esse dado corrobora as estratégias elaboradas pelo partido, citadas anteriormente, a fim de atrair eleitores e filiados.

Ainda que seja um partido dominante em território paulista, a eleição em 2018 colocou em questão o poder eleitoral da estrutura organizativa do PSDB-SP: tratou-se da eleição mais disputada para governo estadual paulista durante toda sua trajetória, se considerarmos a pequena margem de vitória no segundo turno. O partido, em São Paulo, teve sua vitória confirmada sob menor diferença de votos desde a primeira vez que conquistou o governo estadual, em 1994. O sistema partidário paulista respondeu às impressionantes marcas do partido peessedebista, principalmente com o crescente espaço que outros partidos, como o PSB-SP, vêm ocupando nas arenas municipal e estadual. Marcas da institucionalização forte tucana apresentadas nas entrevistas, como a clareza e definição referentes às atribuições e responsabilidades de cada cargo no partido, precisam ser reavaliadas. O partido vem, após as eleições de 2018, reivindicando seu importante papel como organização responsável por dois mandatos presidenciais. Porém, ao mesmo tempo em que traz seu passado à tona, revela o desejo por profundas mudanças internas. Ainda não se sabe em que medida e em quais instâncias essas modificações poderão ocorrer, mas se entende que a estrutura organizativa do partido está revendo seu modo de atuação.

Avaliar a organização do PSDB-SP traz indicações para analisar a organização e funcionamento de outras Executivas estaduais do partido pelo Brasil. Se não há outro estado na federação em que o PSDB seja tão forte eleitoralmente ou tenha obtido tamanha dominância diante de outros postulantes aos cargos municipais e estadual, caberia supor que as subunidades do PSDB nacional não são tratadas de forma homogênea? Ou o partido em São Paulo se destaca por possuir acesso a mais recursos potencialmente importantes para sucesso eleitoral? O artigo, portanto, contribui com uma agenda de pesquisas sobre a dinâmica interna dos partidos políticos no Brasil e a importância de sua organização partidária para a definição de estratégias bem-sucedidas eleitoralmente, além de contribuir com as pesquisas sobre o próprio partido investigado.

<<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,alckmin-corta-bolo-para-comemorar-ronda-completa-a-municipios-de-sp,70002067755> e <http://www.pregao.sp.gov.br/destaques/not12.htm>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

<sup>40</sup> Título da pesquisa: Pesquisa Filiados Partidários no estado de São Paulo. Número da pesquisa: Cesop-Ipsos/SP13.DEZ-03931.

### Referências bibliográficas

- ARQUER, M. "Construção e funcionamento do sistema partidário paulista (1982-2016)". Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2020.
- ARQUER, M.; CURI, H. "Coordenação e desempenho eleitoral: a força do partido do governador nas eleições subnacionais". In: *Anais do 42º Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, MG, 2018.
- ASSUMPÇÃO, R. P. S. "Análise organizacional do Partido da Social Democracia Brasileira no estado de São Paulo (1988-2006): a estrutura relacional e o capital político". Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara, 2008.
- BIZZARRO NETO, F. A. "PMDB: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)". Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2013.
- BLAIS, A.; INDRIDASON, I. H. "Making candidates count: the logic of electoral alliances in two-round legislative elections". *The Journal of Politics*, vol. 69, nº 1, p. 193-205, 1 fev. 2007.
- BRAGA, M. S. S.; COSTA, V. M.; FERNANDES, J. L. M. "Dinâmicas de funcionamento e controle do poder nos partidos políticos: os casos do PT e do PSDB no estado de São Paulo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 33, nº 96, p. 1-26, 2018.
- \_\_\_\_\_. Dinâmicas de competição e desempenho eleitoral: o subsistema partidário de São Paulo. In: MENEGUELLO, R.; KERBAUY, M. T. M. (orgs.). *Política em São Paulo: uma análise da dinâmica político-partidária no estado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
- CARDOSO, F. H. Um líder que marcava posições. In: FERREIRA, M. M.; SARMENTO, C. (org.). *Mário Covas: a ação conforme a pregação; uma revolução ética em São Paulo*. São Paulo: Fundação Mário Covas, 2003.
- CURI, H. "Ninho dos Tucanos: PSDB no estado de São Paulo (1994-2018)". Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2020.
- DANTAS, H. "Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004". Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.
- DESPOSATO, S. W. "Parties for rent? Ambition, ideology, and party switching in Brazil's Chamber of Deputies". *American Journal of Political Science*, vol. 50, nº 1, p. 62-80, 2006.
- DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.
- FAGANELLO, M. A.; FERNANDES, J. L. M. "Migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2016)". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 26, nº 66, p. 101-124, jun. 2018.
- FIGORE, D. C. "Bases sociais e interiorização: o predomínio eleitoral do PSDB paulista (1994-2014)". Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2016.
- FLEISCHER, D. V. "A evolução do bipartidarismo brasileiro, 1966-1979". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, vol. 51, p. 155-185, 1980.
- FREITAS, A. "Migração partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009". *Dados*, vol. 55, nº 4, p. 951-986, dez. 2012.
- GOLDER, S. N. "Pre-electoral coalitions in comparative perspective: a test of existing hypotheses". *Electoral Studies*, vol. 24, nº 4, p. 643-663, 1 dez. 2005.

GUARNIERI, F. "A força dos partidos 'fracos'". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 1, p. 235-258, 2011.

HENNINK, M.; HUTTER, I.; BAILEY, A. *Qualitative research methods*. London: Sage Publications, 2011.

KERBAUY, M. T. M. "Legislativo municipal, organização partidária e coligações partidárias". *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, vol. 13, nº 53, 1 jul. 2008.

KINZO, M. D. G. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-1979*. São Paulo: Vértice/Idesp, 1988.

\_\_\_\_\_. "Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, nº 54, p. 23-40, fev. 2004.

KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora Unesp, 2010.

KRAUSE, S.; MACHADO, C.; MIGUEL, L. F. (eds.). *Coligações e disputas eleitorais na Nova República – Aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora Unesp, 2017.

LAMOUNIER, B. *Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

MELHEM, C. S. *Política de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo: Hucitec/DCP-USP, 1998.

MELO, C. R. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados, 1985-2002*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MENEGUELLO, R. "Alguns aspectos da lógica de coalizões partidárias. Cidadãos e política: diagnóstico da adesão democrática, comportamento e valores". Brasília: Cepal/Ipea. *Texto para discussão Cepal/Ipea 8*, 2010.

MENEGUELLO, R.; BIZZARRO NETO, F. "Contexto e competição na política paulista". *Dados*, vol. 55, nº 1, p. 119-171, 2012.

MENEGUELLO, R.; AMARAL, O.; BIZZARRO NETO, F. "The similarity of the adversaries: the profile of the middle-level elites of the PT and the PSDB". In: Congress of the Latin American Studies Association (Lasa), Chicago, 21-24 maio 2014.

MENEGUELLO, R.; CURI, H.; CATELANO, O. Z. Explicações sobre o voto local no estado de São Paulo (1994-2016). In: MENEGUELLO, R.; KERBAUY, M. T. M. (orgs.). *Política em São Paulo: uma análise da dinâmica político partidária no estado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

NICOLAU, J. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-94*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PANEbianco, A. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEIXOTO, V. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora Unesp, 2010.

PEMPEL, T. J. *Uncommon democracies: the one-party dominant regimes*. Ithaca: Cornell University Press, 1990.

PERES, P.; LENINE, E. Uma abordagem ecológica das coligações eleitorais. In: KRAUSE, S.; MACHADO, C.; MIGUEL, L. F. (orgs.). *Coligações e disputas eleitorais na Nova República: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora Unesp, p. 61-92, 2017.

PERES, P.; RICCI, P.; RENNÓ, L. R. "A variação da volatilidade eleitoral no Brasil: um teste das explicações políticas, econômicas e sociais". *Latin American Research Review*, vol. 46, nº 3, p. 46-68, 2011.

PUTTOMATTI, G. C. F. "Capital político e transferências voluntárias no estado de São Paulo". Dissertação de Mestrado em Administração Pública e Governo. Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo, 2013.

RIBEIRO, P. Velhos e novos companheiros: coligações eleitorais nos municípios do "G79" (1996-2008). In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ROMA, C. "A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº 49, p. 71-92, jun. 2002.

SADEK, M. T. A interiorização do PMDB nas eleições de 1986 em São Paulo. In: SADEK, M. T. (org.). *Eleições 1986: história eleitoral do Brasil*. São Paulo: Idesp/Vértice, 1989.

SAMUELS, D. J. "The gubernatorial coattails effect: federalism and congressional elections in Brazil". *The Journal of Politics*, vol. 62, nº 1, p. 240-253, fev. 2000.

SARTORI, G. *Parties and party systems: a framework for analysis*. New York: Cambridge University Press, 1976.

SHUGART, M. S. "The electoral cycle and institutional sources of divided presidential government". *American Political Science Review*, vol. 89, nº 2, p. 327-343, jun. 1995.

SOUZA, M. C. C. C. The contemporary faces of the Brazilian right: an interpretation of style and substance. In: CHALMERS, D.; SOUZA, M. C. C. C.; BORON, A. (eds.). *The right and democracy in Latin America*. New York: Praeger, p. 99-127, 1992.

VASQUEZ, V. L.; CURTI, H.; SILVA, B. "Prefeitos e a construção do apoio legislativo nos municípios". *Dados*, vol. 64, nº 2, p. 1-34, 2021.

WARE, A. *Political parties and party systems*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

## Abstract

### *The toucan's nest: PSDB in state of São Paulo (1994-2018)*

This article is a case study about the PSDB's electoral and organizational trajectory in the state of São Paulo between 1994 and 2018. The aim is to identify how the political party maintains its dominance, with seven consecutive victories for the state government and greater number of city halls won among other parties since 1996. This work is based on the hypothesis that PSDB's internal organization in São Paulo was essential for the party to remain dominant during the analyzed period. The methodology involved electoral data, thus we could measure the party's electoral success for the positions of councilor, mayor and governor, as well as interviews for an understanding of the party's strategies. The results show a party's organizational structure under strong institutionalization, with a state executive capable of inspecting all municipalities in the state, attending demands and showing itself as a present party to the electorate.

**Keywords:** Brazilian Social Democracy Party; political parties; party strategies; election campaign; elections

### Resumen

*Nido de los tucanes: PSDB en el estado de São Paulo (1994-2018)*

Este artículo es un estudio de caso sobre la trayectoria electoral y organizativa del PSDB en el estado de São Paulo entre 1994 y 2018. El objetivo es identificar cómo el partido conserva su dominio durante el período propuesto, con siete victorias consecutivas para el gobierno estatal y el mayor número de los ayuntamientos conquistados entre los otros partidos desde 1996. La hipótesis es que la organización interna del PSDB de São Paulo es esencial para que el partido mantuviera su éxito electoral. La metodología implicó la recopilación de datos electorales, lo que permitió medir el éxito electoral del partido en el estado para los cargos de concejal, alcalde y gobernador, además de realizar entrevistas bajo un modelo semiestructurado para comprender las estrategias del partido. Los resultados demuestran una organización interna altamente institucionalizada, con una Ejecutiva estatal capaz de inspeccionar todos los municipios, satisfacer las demandas y mostrarse como un partido presente en el electorado. Así, el PSDB-SP se convirtió en el partido político más grande del estado en términos electorales.

**Palabras clave:** Partido de la Socialdemocracia Brasileña; estrategias del partido; campaña electoral; elecciones

### Résumé

*Le nid des toucans: le PSDB dans l'état de São Paulo (1994-2018)*

Cet article présente une étude de cas sur la trajectoire électorale et organisationnelle du PSDB dans l'État de São Paulo (SP) entre 1994 et 2018. L'objectif est de déterminer comment le parti maintient sa dominance pendant la période proposée, avec sept victoires consécutives pour le gouvernement de l'État et le plus de mairies gagnées parmi les autres partis depuis 1996. L'hypothèse est que l'organisation interne du PSDB-SP a été essentielle pour que le parti maintienne son succès électoral. La méthodologie a consisté à recueillir des données électorales, ce qui a permis de mesurer le succès électoral du parti dans l'État pour les postes de conseiller municipal, de maire et de gouverneur de l'État, en plus de mener des entretiens semi-directifs pour comprendre les stratégies du parti. Les résultats démontrent une organisation interne fortement institutionnalisée, avec un exécutif d'État capable d'inspecter toutes les municipalités, de répondre aux demandes et de se montrer un parti présent à l'électorat. Ainsi, le PSDB-SP est devenu le plus grand parti politique de l'État en termes électoraux.

**Mots-clés:** Parti de la Social-Démocratie Brésilienne; partis politiques; stratégies de parti; campagne électorale; élections

Artigo submetido à publicação em 29 de julho de 2020.  
Versão final aprovada em 17 de agosto de 2021.

*Opinião Pública* adota a licença Creative Commons CC-BY.

